

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
DO ESTADO DE SERGIPE

Relato Integrado 2018



Relato Integrado 2018

Lista de Siglas e Abreviações

ASCC – Academia Sergipana de Ciências Contábeis

BF – Balanço Financeiro

BO – Balanço Orçamentário

BP – Balanço Patrimonial

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

CRCSE – Conselho Regional de Contabilidade de Sergipe

DFC – Demonstração do Fluxo de Caixa

DMPL – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DVP – Demonstrações das Variações Patrimoniais

MULTSERV – Manutenção Predial LTDA

NBC's – Normas Brasileiras de Contabilidade

PCCS – Plano de Cargos, Carreiras e Salários

RPP – Restos a Pagar Processados

SENAR/SE – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Sergipe

SGL – Sistema de Gestão por Indicadores

SPT – Sistema de Plano de Trabalho

SPW – Spiderware Consultoria em Informática LTDA

TCE/SE – Tribunal de Contas do Estado de Sergipe

TCU – Tribunal de Contas da União

TRED – Tribunal Regional de Ética e Disciplina

UFS – Universidade Federal de Sergipe

Sobre este relato

Bem-vindos.

Em 2018, a atuação do CRCSE foi conduzida de forma integrada, com ações planejadas e desencadeadas conjuntamente, respeitando a autonomia de cada Setor.

Nossa orientação administrativa foi pautada nas práticas mais relevantes da gestão participativa, tendo como principal objetivo os resultados efetivos, baseados em nosso Planejamento Estratégico - aprovado em agosto deste ano no Plenário do CFC e que deve nos guiar pelos próximos 10 anos.

Nosso objetivo com essa publicação é evidenciar como nossas atividades, inovações e investimentos contribuem para o crescimento da classe contábil ao que nos compete, no âmbito do Estado de Sergipe, atuando no registro, na fiscalização do exercício profissional e na promoção da educação continuada.

Nosso Relatório Anual é a plataforma que utilizamos para comunicar a todos os públicos de relacionamento como chegamos a esses resultados, em um ano em que o CRCSE investiu na infraestrutura de sua sede, garantindo mais conforto e segurança aos funcionários e profissionais.

Os dados e informações apresentados abrangem o período entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2018. Agradecemos a todos os colaboradores e parceiros que estiveram envolvidos, direta e indiretamente, na construção dessa narrativa.

Sumário

Mensagem do Presidente.....	5	Alocação de Recursos e Áreas Especiais da Gestão.....	33
Quem somos.....	6	<ul style="list-style-type: none">• Declaração do Vice-presidente Administrativo• Gestão Orçamentária e Financeira• Gestão de Pessoas• Gestão de Licitações e Contratos• Gestão Patrimonial e Infraestrutura• Gestão de Tecnologia da Informação• Gestão de Custos• Sustentabilidade Ambiental	
Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo.....	7		
<ul style="list-style-type: none">• CRCSE• Organograma• Ambiente Externo• Cadeia de Valor		Demonstrações Contábeis.....	47
Planejamento Estratégico e Governança.....	11	<ul style="list-style-type: none">• Declaração do Contador• Balanço Patrimonial• Balanço Orçamentário• Balanço Financeiro• Notas Explicativas	
<ul style="list-style-type: none">• Planejamento Estratégico• Estrutura de Governança• Informações sobre Dirigentes e Colegiados• Canais de comunicação com a sociedade e partes interessadas• Acessibilidade aos Serviços e Instalações		Outras Informações Relevantes.....	67
Gestão de Riscos e Controles Internos.....	16		
<ul style="list-style-type: none">• Modelo de Gestão de Riscos e Controle• Gestão e Controle das Demandas Judiciais		Anexos.....	71
Resultados da Gestão.....	19		

Mensagem do presidente

O Conselho Regional de Contabilidade de Sergipe/CRCSE, órgão máximo da profissão contábil e representante dos mais de 3.600 profissionais no Estado de Sergipe, foi criado pelo Decreto-Lei n.º 9.294/46, com o objetivo principal de registrar e fiscalizar o exercício do profissional da contabilidade no âmbito do Estado de Sergipe. Em 2010 com o advento da Lei n.º 12.249/2010, foi incluída como atividade fim, a educação profissional continuada. Nesse sentido a atuação do CRCSE também se intensificou nesta área, em consonância com o registro e a fiscalização.

Como parte integrante do Sistema CFC/CRCs, o CRCSE participou da realização do planejamento estratégico com a redefinição de metas para os próximos dez anos, que foi aprovado na reunião plenária do CFC realizada em 16/08/18. Com foco no fortalecimento da profissão contábil, o Regional vem trabalhando para que o profissional da contabilidade se firme como um tradutor da linguagem oficial dos negócios servindo como fator de proteção da sociedade e sempre atento às transformações que possam atingir a profissão.

Influenciar na formação das competências e das habilidades profissionais através do fomento da educação continuada é um dos objetivos do Regional, promovendo meios que possibilitem um maior número de profissionais participando dos cursos de capacitação realizados pelo CRCSE, buscando assim, a excelência nos serviços prestados.

Outro importante objetivo é a garantia da sustentabilidade orçamentária e financeira do

Conselho, sendo um dos pilares para a eficiência da gestão. Reduzir a inadimplência dos profissionais e das organizações contábeis através de campanha de incentivo ao pagamento das anuidades é uma das ações a serem implementadas em 2019.

No âmbito das atividades da fiscalização, o CRCSE realizou um trabalho voltado à orientação, porém exerceu também o seu poder fiscalizatório com o julgamento de 106 processos, sendo 20 processos fiscalizatórios (Câmara de Fiscalização/Plenário) e 86 éticos-disciplinares (Câmara de Ética/TRED).

Com vistas à evolução dos registros no Conselho, foram realizados em 2018 dois Exames de Suficiência. Contudo, o número de registros profissionais sofreu uma redução de 1,33% em 2018, quando comparado ao ano anterior, repetindo o que ocorreu nos últimos dois anos. Esse quadro pode ser atribuído ao contexto econômico por que passa o país, especialmente no Estado de Sergipe.

Um dos principais desafios da gestão para 2019 é reverter o baixo número de novos registros profissionais tendo que para isto desenvolver ações de consciências desses novos profissionais sobre o seu valor e a importância do registro profissional para execução do seu trabalho. O trabalho da fiscalização junto as empresas e órgãos será o suporte necessário para atingir este desafio.

Em relação à área de Desenvolvimento Profissional, este Conselho envidou todos os esforços no cumprimento do Programa de Educação Profissional Continuada, que visa

atualizar e expandir os conhecimentos e competências técnicas e profissionais. No exercício de 2018 o CRCSE credenciou 24 cursos e 03 novas capacitadoras. Quanto aos profissionais que prestaram contas ao Programa, foram 40. Todas essas ações buscam sempre o aperfeiçoamento do profissional e, conseqüentemente, o zelo no trabalho oferecido à sociedade.

Novas parcerias foram firmadas neste exercício visando assegurar o reconhecimento do Conselho Regional de Contabilidade de Sergipe como entidade partícipe do desenvolvimento sustentável do país e que contribui para o para o exercício da profissão contábil no Estado de Sergipe. Dentre as entidades parceiras destacamos: TCE, UFS, Receita Federal, SENAR/SE e ASCC.

Iniciamos a prática de governança, com a aprovação da Resolução CRCSE n.º 519/2018, que dispõe sobre o Plano de Gestão de Riscos do CRCSE, tendo como princípios transparência, ética, integridade e equidade.

Boa leitura!

Contador Vanderson da Silva Mélo
Presidente do CRCSE



Quem somos

Nossa história começa em 31 de janeiro de 1947 quando o CRCSE foi instalado e, nos termos da legislação vigente, é de nossa competência orientar, registrar, fiscalizar e disciplinar, técnica e eticamente, o exercício da profissão contábil, por meio da nossa fiscalização.

A classe contábil sergipana

433

Organizações Contábeis

1.143

Técnicos em Contabilidade

2.430

Contadores

Números do CRC no Estado de Sergipe

12

Conselheiros efetivos

12

Conselheiros suplentes

12

Funcionários efetivos

2

Terceirizados

9

Representantes

2

Cargos comissionados



Visão Geral, Organizacional e Ambiente Externo

VISÃO GERAL, ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

O Conselho Regional de Contabilidade de Sergipe (CRCSE) é uma Autarquia Especial Corporativa dotada de personalidade jurídica de direito público. Criado por meio do Decreto-Lei n.º 9.295, alterado pela Lei n.º 12.249/2010, o CRCSE possui estrutura, organização e funcionamento regulamentados pela Resolução CFC n.º 1.370, de 8 de dezembro de 2011, que aprova o Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade.

O CRCSE é integrado pelo plenário, no total de 12 conselheiros efetivos e igual número de suplentes – Decreto-Lei nº 1.040/69, alterado pela Lei nº 11.160/2005. Nos termos da legislação em vigor, possui, dentre outras finalidades, a de registrar, fiscalizar, orientar e disciplinar, técnica e eticamente, o exercício da profissão contábil em todo o Estado, além de promover a Educação Continuada.

Organograma

O CRCSE apresenta a seguinte estrutura organizacional:



Ambiente externo

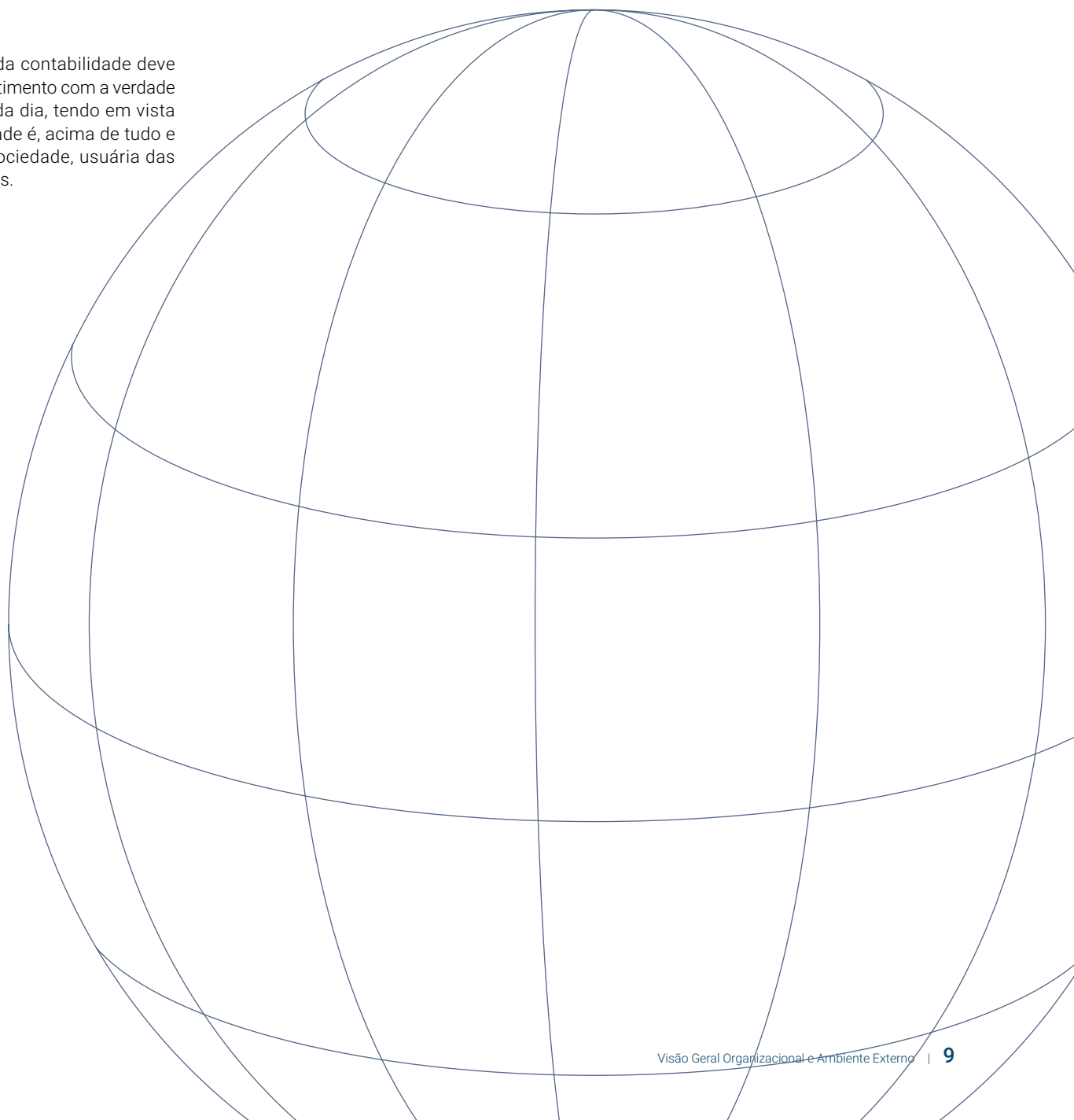
Considerando o cenário nacional, difícil mencionar o nome de algum órgão, instituição ou empreendimento que não tenha sentido, de alguma maneira, os reflexos de uma das maiores crises econômicas da história do Brasil. Nesse período conturbado, iniciado em meados de 2014, o Produto Interno Bruto (PIB) recuou mais de 3% por dois anos consecutivos, 2015 e 2016, e só começou a apresentar sinais de recuperação em 2017, quando cresceu 1%. Essa recuperação parece caminhar a passos lentos, já que a expectativa de crescimento para 2018 é de cerca de 1,3%.

Esse contexto recessivo, em que o desemprego chegou a mais de 12% e o pessimismo se instalou, trouxe ao CRCSE uma redução de mais de 3% no número de registros profissionais, considerando o acumulado dos anos de 2017 e 2018. Além disso, o grau de inadimplência das anuidades seguiu em trajetória crescente nesse período, passando de uma média de 23,41% em 2015 para 31,82% em 2018.

Se analisarmos o papel do profissional da contabilidade hoje, percebemos que ele se desprende muito do nível operacional e se aproximou de um perfil mais estratégico, sendo peça fundamental na gestão de qualquer empreendimento. O diferencial está em ressaltar esse novo papel de gestor, as habilidades, a capacidade analítica, características essas que são, certamente, insubstituíveis.

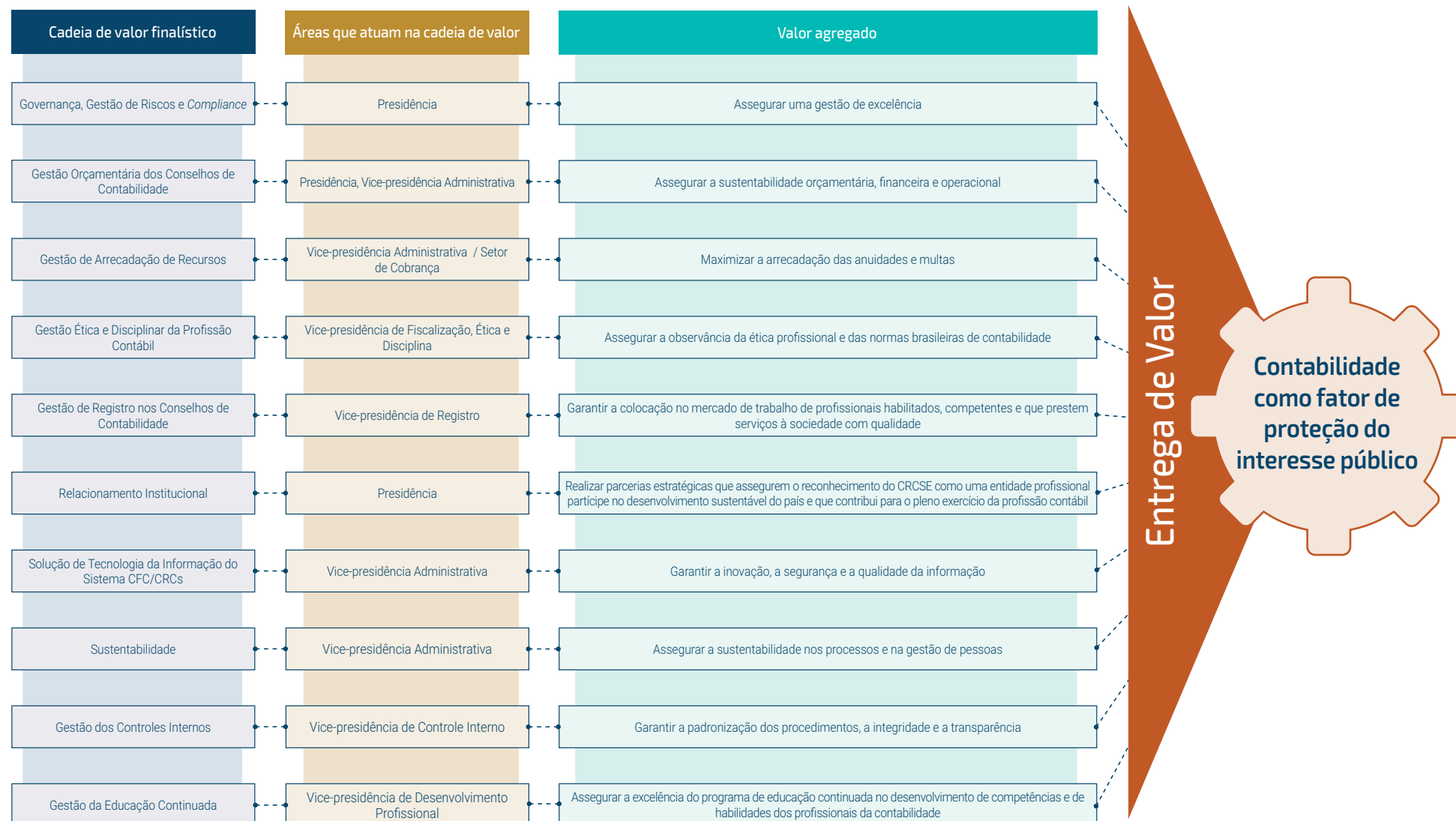
Vale mencionar que, além da própria sociedade estar mais exigente quanto à padrões de excelência, os preceitos mundiais estão cada vez mais voltados para valores como ética e integridade, trazendo transformações relevantes para o cenário contábil brasileiro.

Assim, o profissional da contabilidade deve renovar seu comprometimento com a verdade e a justiça social a cada dia, tendo em vista que sua responsabilidade é, acima de tudo e sempre, para com a sociedade, usuária das informações produzidas.



Cadeia de valor

Nossa cadeia de valor está estruturada nos quatro pilares da nossa Lei de Regência, que viabiliza ao CRCSE orientar, fiscalizar o exercício da profissão contábil, além de promover a Educação Continuada dos profissionais.





Planejamento Estratégico e Governança

Planejamento Estratégico

É uma poderosa ferramenta para a construção e a consolidação da imagem da instituição, compreendendo desde a avaliação do que está sendo proposto, passando pelo diagnóstico do posicionamento da entidade até a definição das estratégias que combinem com diferentes meios de comunicação interna e externa.

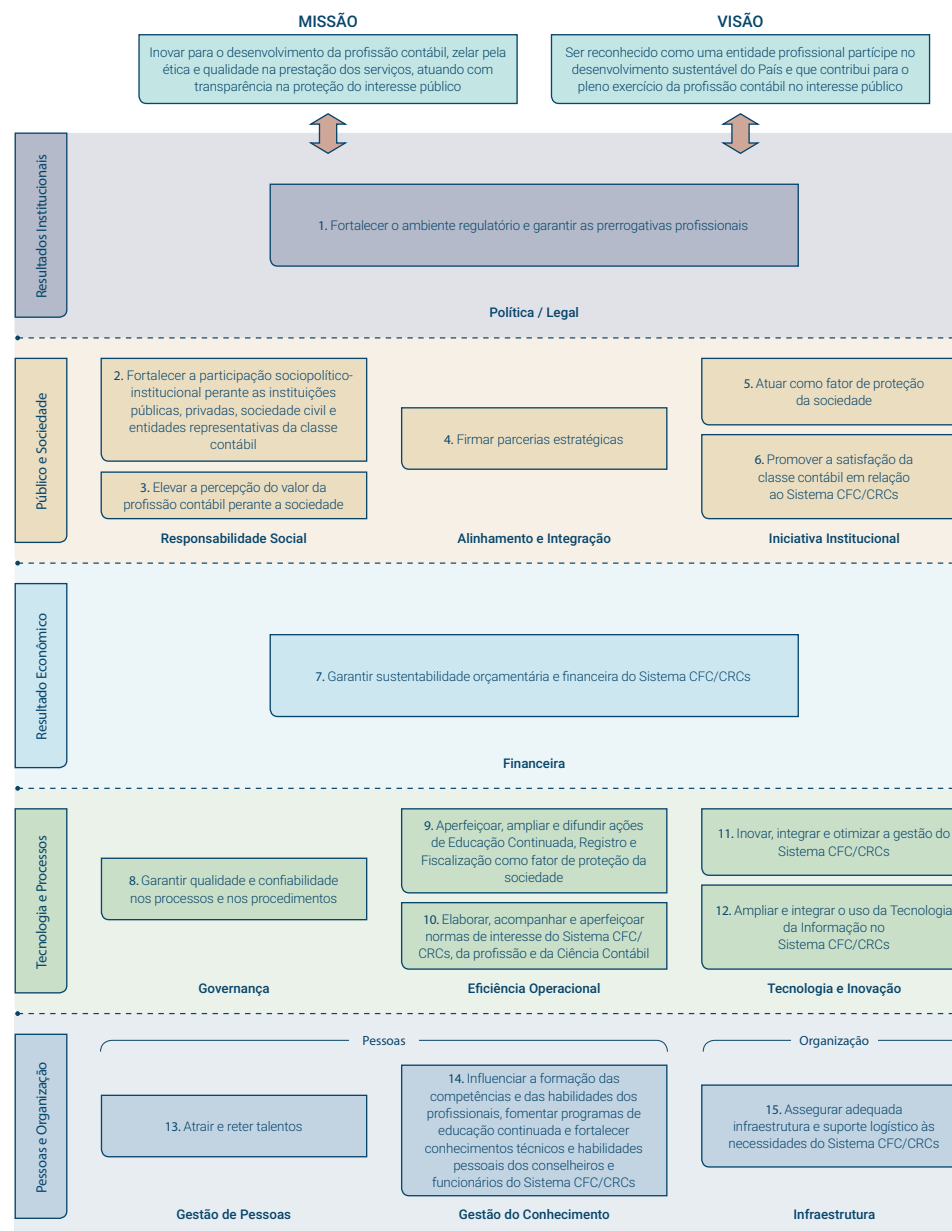
Em 2018, o CFC redefiniu a Identidade Organizacional do Sistema CFC/CRCs, composta pela Missão, Visão e Valores; bem como reavaliou e atualizou os Objetivos Estratégicos que guiarão o Sistema nos próximos dez anos (2018/2027). O foco do trabalho se deu na transparência das informações contábeis, na ética, no combate à corrupção e nas parcerias institucionais que reflitam a importância da Contabilidade para o crescimento e desenvolvimento social do País.

A nova **Missão** é inovar para o desenvolvimento da profissão contábil, zelar pela ética e qualidade na prestação de serviços, atuando com transparência na proteção do interesse público.

No que diz respeito à **Visão**, o Sistema CFC/CRCs quer ser reconhecido como uma entidade profissional participe no desenvolvimento sustentável do País e que contribui para o pleno exercício da profissão contábil no interesse público.

Os **Valores**, por sua vez, têm as seguintes premissas: Ética, Excelência, Confiabilidade e Transparência. O mapa estratégico, construído em 2018, tem seus pilares fundamentados na identidade estratégica do Sistema CFC/CRCs e relaciona as 15 metas definidas como objetivos estratégicos, os quais foram elaborados e divididos em 5 perspectivas estratégicas: Resultados Institucionais; Público e Sociedade; Resultado Econômico; Tecnologia e Processos; e Pessoas e Organização.

Mapa Estratégico do Sistema CFC/CRCs



Projeto – Reuniões Regimentais

Investimento
R\$ 1.792,00

2

Projeto – Representação Institucional em Eventos Nacionais

Investimento
R\$ 4.177,34

2

Projeto – Aquisição, Construção, Instalação e Reforma da Sede e Subsele

Investimento
R\$ 817.587,00

15

Projeto – Cobrança Administrativa e Judicial – Profissionais e Organizações Contábeis

Investimento
R\$ 83.535,65

7

Projeto – Tecnologia da Informação

Investimento
R\$ 56.757,93

12

Projeto – Promover a Educação Continuada-Encontros/Seminários/Fórum/Jornada

Investimento
R\$ 59.729,19

9

Projeto – Promover a Educação Continuada – Cursos e Palestras

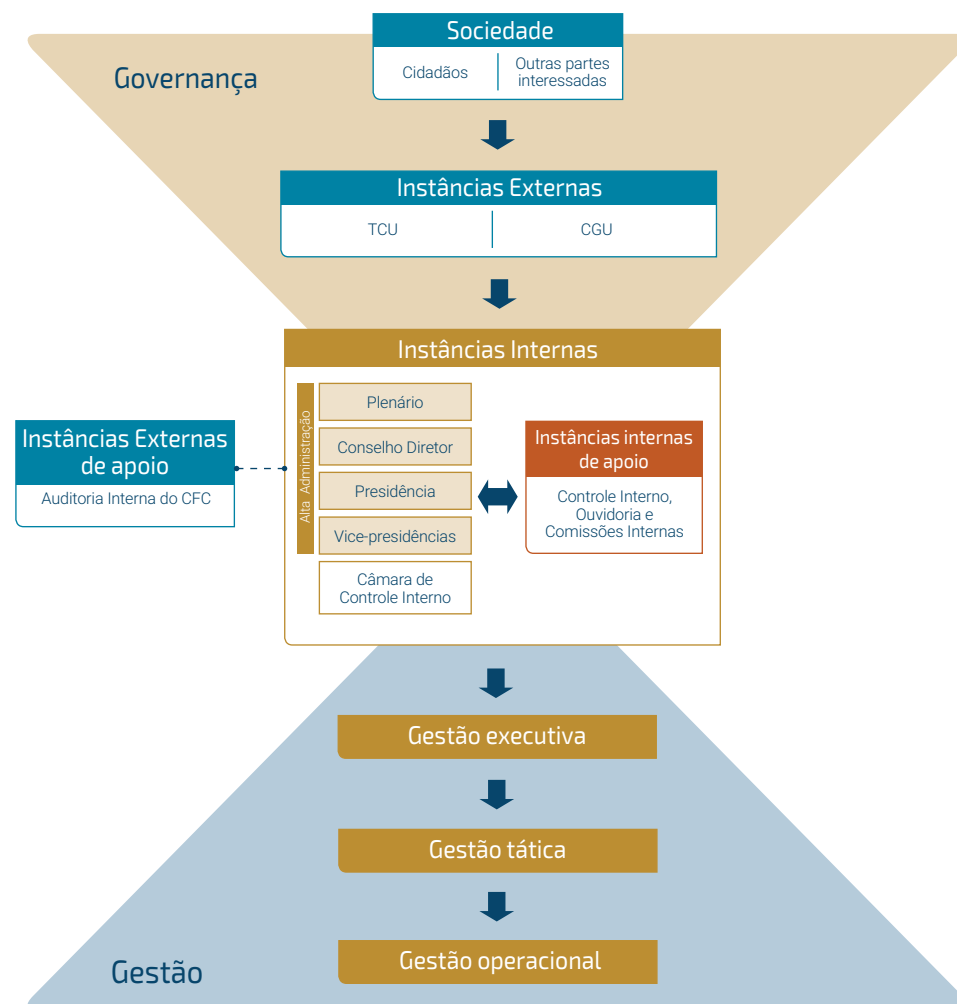
Investimento
R\$ 103.948,84

9

Estrutura de Governança

A Política de Governança no âmbito do Sistema CFC/CRCs foi instituída pela Resolução CFC n.º 1.549, aprovada em 20 de setembro de 2018.

No CRCSE, a Governança compreende a seguinte estrutura:



Informações sobre Dirigentes e Colegiados

Organização do CRCSE

Órgão Deliberativo Superior

- Plenário

Órgãos Deliberativos Específicos

- Câmara de Fiscalização, Ética e Disciplina
- Câmara de Registro
- Câmara de Controle Interno
- Câmara de Desenvolvimento Profissional
- Câmara de Assuntos Administrativos

Órgãos Consultivos

- Conselho Diretor
- Conselho Consultivo
- Comissões Específicas

Órgãos Executivos

- Presidência
- Vice-Presidência Administrativa
- Vice-Presidência de Fiscalização, Ética e Disciplina
- Vice-Presidência de Desenvolvimento Profissional
- Vice-Presidência de Controle Interno
- Vice-Presidência de Registro

Composição do Conselho Diretor

Contador VANDERSON DA SILVA MÉLO
Presidente

Contador IONAS SANTOS MARIANO
Vice-Presidente Administrativo

Contador ALEXSANDRO MOTA MELO
Vice-Presidente de Registro

Contador CLEAYLTON RIBEIRO DE MEDEIROS GONÇALVES
Vice-Presidente de Fiscalização, Ética e Disciplina

Contador FRANCISCO JOSÉ ALVES CORREIA LIMA
Vice-Presidente de Controle Interno

Contadora GILVÂNIA ANDRADE DO NASCIMENTO
Vice-Presidente de Desenvolvimento Profissional

Téc. em Contabilidade JENILTON GOMES DA SILVA
Representante dos Técnicos em Contabilidade no Conselho Diretor

Auditoria Interna do CRCSE

Atendendo as determinações da Resolução CFC n.º 1.370/2013, art. 6º, § 4º, Inciso II, a Auditoria de Gestão é realizada pelo Conselho Federal de Contabilidade, sob a supervisão da Câmara e da Vice-Presidência de Controle Interno do CFC.

Atividade de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos

Compete ao CRCSE proceder à abertura de processo de sindicância e inquérito administrativo para apurar penalidade a ser aplicada a dirigentes, funcionários e colaboradores que pratiquem ações em descumprimento de norma legal ou regimental.

Legislação Aplicada:

- **Resolução CFC n.º 1.370/2011** - Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade, art. 19-A §2º e §5º;
- **Resolução CFC n.º 1.523/2017** - Código de Conduta para os conselheiros, colaboradores e funcionários dos Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade.

Destaca-se que no exercício de 2018 não houve apuração de danos ao erário no âmbito do CRCSE.

Canais de comunicação com a sociedade e partes interessadas

Ouvidoria

A Ouvidoria é um canal de comunicação entre o cidadão e o CRCSE para receber sugestões, elogios, solicitações, reclamações e denúncias referentes aos diversos serviços prestados pelo CRCSE. A Ouvidoria funcionará como um canal de comunicação rápido e eficiente, estreitando a relação entre a sociedade e o CRCSE.

A Ouvidoria do CRCSE foi criada através da Resolução CRCSE n.º 518, de 19 de dezembro de 2018 e será colocada em funcionamento em janeiro de 2019. Os usuários do serviço serão os profissionais da contabilidade, organizações contábeis, estudantes de Ciências Contábeis e sociedade em geral.

Portal da Transparência e e-SIC

Em uma cultura de transparência e em cumprimento à legislação, o CRCSE mantém disponível o "Portal da Transparência e Acesso à Informação" e o "Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão".

Portal da Transparência

O Portal da Transparência é um canal de comunicação com o cidadão cujo objetivo é fornecer informações sobre os atos e fatos de gestão praticados pelo CRCSE para a classe contábil e a sociedade brasileira.



- Quadro de pessoal: **25,85%**
- Contratos, Convênios e Atas de Registro de Preço: **8,54%**
- Atos Normativos: **8,99%**
- Outros: **56,62%**

Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC)

Canal de comunicação entre o cidadão e o CRCSE para atendimento dos pedidos de informação relacionados à Lei de Acesso à Informação, permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe pedidos de acesso a informação. Por meio do sistema, além de fazer o pedido, é possível acompanhar o prazo pelo número de protocolo gerado e receber a resposta da solicitação por e-mail; entrar com recursos, apresentar reclamações e consultar as respostas recebidas. O objetivo é facilitar o exercício do direito de acesso às informações públicas.

1 Pedido

0 Recursos

Carta de Serviços ao Usuário

A Carta de Serviços ao Usuário do CRCSE será aprovada em 2019, e terá como objetivo informar o usuário sobre os serviços prestados pelo Conselho, as formas de acesso a essas atividades e, também, os compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público do CRCSE.

Pesquisas de satisfação

As pesquisas serão abordadas no Capítulo IV – Resultados da Gestão.

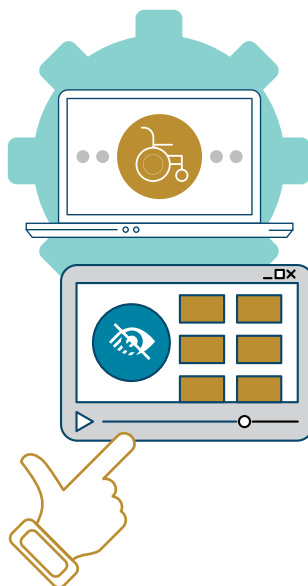


Acessibilidade aos Serviços e Instalações

O CRCSE tem como objetivo assegurar condições de acessibilidade em suas múltiplas dimensões, conforme a legislação vigente, e estimular o desenvolvimento de uma cultura inclusiva na entidade.

Para cumprir seus compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público, o CRCSE adota as seguintes ações:

- Plataforma para acesso ao 1º andar da sede do CRCSE, a qual obedece às normas de acessibilidade.
- Banheiros adaptados com barras de apoio nos dois andares da sede.
- Rampa de acesso ao CRCSE.
- Vaga no estacionamento interno e externo.
- Site e Portal da Transparência com serviço de solução de software especializado, objetivando acessibilidade em ambiente WEB, atendendo aos surdos, deficientes auditivos, visuais parciais, pessoas com Síndrome de Down, idosos, iletrados, disléxicos e outras pessoas com necessidades especiais.





Gestão de Riscos e Controles Internos

A Política de Gestão de Riscos e o Plano de Gestão de Riscos do CRCSE foram aprovados em 2018 pela Resolução CRCSE n.º 519, onde foram definidos os princípios, as diretrizes, a metodologia e o detalhamento dos procedimentos de gerenciamento de riscos da entidade. Com a finalidade de orientar e subsidiar a implantação da gestão de riscos nos principais processos e atividades desenvolvidas pelas Unidades Organizacionais do CRCSE, o Plano de Gestão de Riscos detalhou a metodologia, os conceitos, os papéis e as responsabilidades dos envolvidos, assim como estabeleceu o processo de classificação, avaliação, adoção de respostas e monitoramento aos eventos de riscos identificados.

Natureza do Risco	Categoria do Risco
Não orçamentário-financeira	Estratégico: eventos que podem impactar na missão, nas metas ou nos objetivos estratégicos do CRCSE
	Operacional: eventos que podem comprometer as atividades da unidade organizacional, sejam eles associados a falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, infraestrutura e sistemas, afetando o esforço da gestão quanto à eficácia e à eficiência dos processos.
	Conformidade: eventos que podem afetar o cumprimento de leis e regulamentos aplicáveis.
	Reputação: eventos que podem comprometer a confiança da sociedade em relação à capacidade do CRCSE em cumprir sua missão institucional ou que interfiram diretamente em sua imagem.
	Integridade: eventos que podem afetar a probidade da gestão dos recursos e das atividades do CRCSE, causados pela falta de honestidade e desvios éticos.
Orçamentário-financeira	Fiscal: eventos que podem afetar negativamente o equilíbrio das receitas do Sistema do CRCSE
	Orçamentário: eventos que podem comprometer a capacidade do CRCSE de contar com os recursos orçamentários necessários à realização de suas atividades, ou eventos que possam comprometer a própria execução orçamentária.

Responsabilidades

Plenário	Conselho Diretor	Presidência	Diretoria Executiva	Comitê de Gestão de Riscos	Gestores de áreas	Gestores dos Riscos
<ul style="list-style-type: none"> aprovar a Política de Gestão de Riscos e suas alterações; aprovar o Plano de Gestão de Riscos e suas alterações. 	<ul style="list-style-type: none"> propor ao Plenário do CRCSE a Política de Gestão de Riscos e suas alterações; acompanhar a execução do Plano de Gestão de Riscos; acompanhar a Matriz Gerencial de Riscos. 	<ul style="list-style-type: none"> definir a Política de Gestão de Riscos; avaliar as propostas de mudanças da Política de Gestão de Riscos; definir o apetite a risco do CRCSE; aprovar a indicação dos gestores de riscos. 	<ul style="list-style-type: none"> gerenciar a implementação da gestão de riscos; definir os processos prioritários para a gestão de riscos; comunicar ao presidente o andamento do gerenciamento de riscos; dirimir dúvidas quanto à identificação do gestor de determinado risco no âmbito interno das unidades organizacionais; orientar a integração do gerenciamento de riscos com outras atividades de gestão. 	<ul style="list-style-type: none"> elaborar a Política e o Plano de Gestão de Riscos do CRCSE; assessorar a alta direção; comunicar à Diretoria Executiva o andamento do gerenciamento de riscos; recomendar, quando necessária, a reavaliação e readequação da Política de Gestão de Riscos do CRCSE; tratar os casos omissos e as excecionalidades da Política de Gestão de Riscos do CRCSE; estabelecer o contexto de forma geral para o Processo de Gestão de Riscos; realizar o monitoramento e a análise crítica do Processo de Gestão de Riscos, propondo aos gestores ajustes e medidas preventivas e proativas; orientar as partes interessadas no Processo de Gestão de Riscos; elaborar e monitorar a Matriz Gerencial de Riscos, em que estarão descritos os riscos classificados como 'Extremos' e 'Altos'. comunicar as partes interessadas no processo de Gestão de Riscos. 	<ul style="list-style-type: none"> sugerir os processos prioritários para gerenciamento dos riscos; monitorar as operações do Processo de Gestão de Riscos realizadas pelos gestores dos riscos de sua área; validar e contribuir na tomada de decisões dos planos de ação definidos na gestão dos riscos; monitorar a execução dos planos de ação definidos para tratamento dos riscos identificados pelos gestores dos riscos de sua área; comunicar as ações realizadas pela Unidade Organizacional ao Comitê de Gestão de Riscos. 	<ul style="list-style-type: none"> executar as atividades referentes ao processo de identificação, análise, avaliação e tratamento dos riscos da atividade/projeto sob sua responsabilidade; comunicar as ações realizadas aos gestores de áreas e/ou ao Comitê de Gestão de Riscos.

Nas fases de análise e de avaliação de riscos, os eventos de riscos, suas causas e consequências negativas são apreciados e classificados. Para tanto, são utilizadas as matrizes de 'Probabilidade x Impacto', para definição do nível de risco e 'Classificação de Riscos', para classificação da diretriz do risco.

Já o apetite a risco é definido pela Presidência do CRCSE, conforme a matriz 'Apetite de Risco', a qual estabelece qual a quantidade de risco o CRCSE está disposto a aceitar, a fim de programar sua estratégia, atingir seus objetivos e agregar valor aos serviços prestados no cumprimento de sua missão institucional.

Matriz Classificação de Riscos

Nível de Risco		Probabilidade				
		1 Muito Baixa	2 Baixa	3 Média	4 Alta	5 Muito Alta
Impacto	5 Muito Alto					
	4 Alto					Extremo
	3 Médio				Alto	
	2 Baixo		Médio			
	1 Muito Baixo	Baixo e muito baixo				

Apetite de Riscos: ● Inaceitável ● Inaceitável ● Aceitável ● Aceitável

Após, é realizado o tratamento do risco, que consiste na seleção da resposta a ser adotada para modificar o nível do evento de risco, na elaboração de plano de ação e no estabelecimento de prazos para implementação das ações. O plano de ação estabelecido pode implicar a adoção de novos controles ou a modificação de controles já existentes.

Respostas para tratamento dos riscos:

- Evitar o risco: quando se decide por não iniciar ou continuar a ação que promove o risco ou, ainda, eliminar a fonte do risco.
- Aceitar o risco: quando nenhuma ação específica é tomada, seja porque o nível do risco é considerado baixo e tolerável pelo CRCSE, seja

- porque a capacidade para tratá-lo ou é limitada ou o custo é desproporcional ao benefício.
- Mitigar o risco: consiste na redução do impacto ou da probabilidade de ocorrência do risco.
- Compartilhar o risco: consiste na transferência de uma parte do risco a terceiros.

Selecione a resposta mais adequada para tratamento dos riscos, a fase seguinte será a de elaborar um plano de ação documentando como a resposta será implementada, que deverá considerar:

- a eficácia das ações já existentes;
- as restrições organizacionais, técnicas e estruturais;
- os requisitos legais;
- a análise custo/benefício;
- as ações a serem realizadas;
- as prioridades;
- o cronograma de execução.

Em 2018 não houve mapeamento nos eventos de riscos das unidades organizacionais do CRCSE, tendo em vista que o Plano de Gestão de Riscos foi aprovado no dia 19 de dezembro de 2018, e somente será implementado no exercício de 2019.

Gestão de controle de demandas judiciais

A Assessoria Jurídica do CRCSE realiza a gestão das demandas judiciais por meio de monitoramento periódico das ações judiciais que demonstram possibilidade de geração de impacto econômico ao CRCSE.

No que tange à aferição das chances de perda de ações pelo CRCSE, são analisados três elementos basicamente: jurisprudência sobre o tema da ação; existência, no curso de decisão concedendo tutela de urgência ou antecipação de tutela; e risco de dano econômico em projeção, considerando eventuais ações futuras ou demandas envolvendo direitos difusos ou coletivos.

Cabe ressaltar que a avaliação realizada pela Assessoria Jurídica tem o intuito de demonstrar a tendência do julgamento e não um indicativo preciso da posição que será adotada pelo Judiciário em cada caso.

Registra-se, por fim, que o CRCSE não possui ações trabalhistas.



Resultados da Gestão

Resultados da Gestão

O CRCSE adota o Sistema de Plano de Trabalho (SPT) e o Sistema de Gestão por Indicadores (SGI) como formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultado do planejamento.

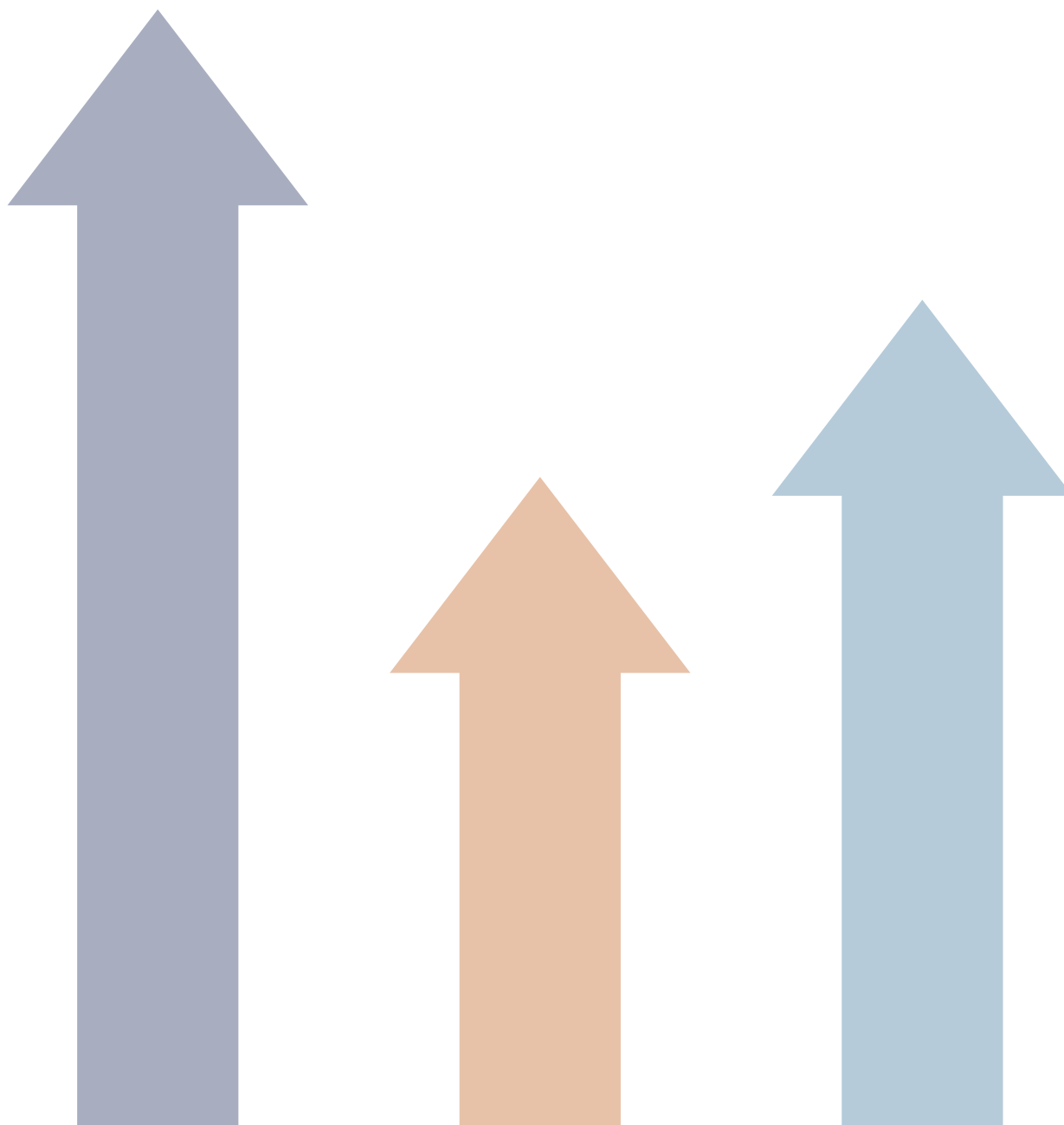
O SPT permite controlar as ações previstas, detalhar as ações executadas e avaliar se as metas estimadas foram alcançadas. Dessa forma, quando os resultados esperados não são obtidos, podem ser monitoradas as justificativas emitidas pelos responsáveis de execução. Isso possibilita a possível correção de rumos, a análise das causas e dos motivos para proposição de novas ações.

O outro instrumento empregado é o Sistema de Gestão por Indicadores, o qual monitora o desempenho dos Objetivos Estratégicos por meio de indicadores. Estes são os parâmetros que medem a diferença entre a situação desejada e a situação atual. Os indicadores são uma relação matemática que mede, numericamente, os atributos de um processo ou de seus resultados, com o objetivo de comparar essa medida com metas numéricas preestabelecidas.

O CRCSE tem seu orçamento e plano de trabalho alinhados aos Objetivos Estratégicos, de forma a garantir os recursos e as informações necessárias para a consecução desses objetivos.

Por meio dessas ferramentas de gestão, o CRCSE vem mantendo controle sobre os programas, os projetos e as atividades desenvolvidas, visando atender as suas finalidades institucionais e a sua visão de futuro, as quais estão contempladas no Planejamento Estratégico do período 2018-2027.

A seguir, para cada objetivo estratégico, é apresentada uma análise sobre: indicadores do Sistema de Gestão por Indicadores, principais projetos e ações do Sistema de Plano de Trabalho, investimento total, prioridades estabelecidas e desafios e riscos. Os indicadores que são utilizados apenas pelo CFC não estão demonstrados.

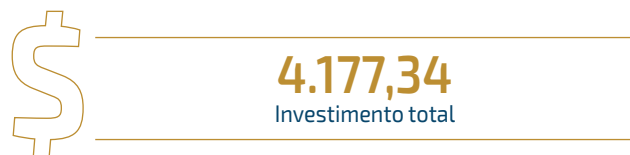


Objetivo estratégico 2:

Fortalecer a participação sociopolítico-institucional perante as instituições públicas, privadas, sociedade civil e entidades representativas da classe contábil

Vínculo com a cadeia de valor

- Relacionamento Institucional



Indicadores

Relacionamento sociopolítico-institucional (medido pelo número de visitas do presidente, de vice-presidentes e de conselheiros à parlamentares, à ministros e à Presidência da República e destes à sede do CFC/CRCs ou à outras dependências estabelecidas)

Objetivo: Avaliar o número de visitas dos representantes do Conselho às autoridades públicas e destas à sede do CFC/CRC ou à outras dependências estabelecidas.



O CRCSE mantém um bom relacionamento com as instituições no Estado. As visitas institucionais foram direcionadas de acordo com a necessidade e viabilidade dos seus participantes. Apesar de não atingir a meta considera-se o resultado satisfatório.

Participação institucional (convite) em eventos de outras entidades

Objetivo: Avaliar a participação dos CRCs e do CFC em eventos de outras entidades.



O CRCSE procura sempre se fazer presente nos eventos em que é convidado. É uma boa prática de estreitar os relacionamentos entre as instituições.

Posicionamento público do CFC/CRCs sobre temas relevantes de interesse da classe contábil e da sociedade

Objetivo: Avaliar o número de destaques dados a posicionamentos públicos referentes ao CFC/CRCs na mídia.



Sempre que é motivado o CRCSE se posiciona em defesa dos profissionais e da profissão contábil no Estado de Sergipe.

Destacam-se os seguintes posicionamentos:

- Entrevista na TV Sergipe e TV Aperipec sobre a "Campanha Destinar";
- Entrevista na TV Sergipe sobre o evento e-Social;
- Entrevista na TV Aperipec sobre o Seminário de Prestação de Contas Eleitorais, entre outras.

Principais projetos e ações

Representação institucional em eventos nacionais

Objetivo: Propiciar a representatividade dos Conselhos de Contabilidade, exercida por seus conselheiros e/ou colaboradores, nos eventos nacionais e internacionais que promovam o engajamento do Sistema CFC/CRCs no contexto socioeconômico-político e cultural do país.

Resultados: Em 2018, 03 conselheiros representaram o CRCSE em três eventos do Sistema CFC/CRCs. Esta representação é importante, pois aproxima seus representantes aos demais representantes do Sistema CFC/CRCs.

Prioridades estabelecidas

- Prestigiar alguns eventos realizados por CRC's, preferencialmente nas posses dos novos gestores;
- Estreitar o relacionamento do CRCSE com autoridades públicas e outras instituições, com o objetivo de fortalecer a participação da classe contábil do estado.

Desafios e riscos futuros

- Manter o bom relacionamento institucional com órgãos e entidades.

Objetivo estratégico 3

Elevar a percepção do valor da profissão contábil perante a sociedade

Vínculo com a cadeia de valor

- Governança, Gestão de Risco e Compliance



Indicadores

Índice de avaliação da profissão contábil perante a sociedade

Objetivo: Avaliar a percepção do valor da profissão contábil perante a sociedade.



Não houve fixação de meta para o exercício, pois, conforme o Manual do Sistema de Gestão por Indicadores do Sistema CFC/CRCs, esse indicador é aplicável somente para o Conselho Federal de Contabilidade.

Principais projetos e ações

Campanhas Institucionais

Objetivo: Promover campanhas de valorização da profissão contábil.

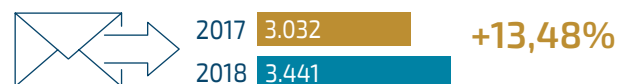
Resultados: Considerando que as campanhas institucionais são ferramentas essenciais para o fortalecimento da imagem do Sistema CFC/CRCs e do profissional perante a sociedade, o CRCSE realizou 01 campanha institucional em comemoração ao dia do Profissional da Contabilidade que ocorre todo dia 25 de abril de cada ano.

Comunicação Institucional

Objetivo: Difundir informações de interesse público sobre as filosofias, as políticas, as práticas e os objetivos do Sistema CFC/CRCs, alinhados ao planejamento estratégico da entidade, de modo a torná-los públicos.

Resultados:

Leitores do Atos e Fatos (boletim eletrônico do CRCSE)

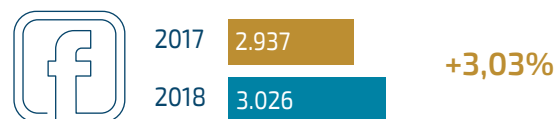


Acessos ao Site do CRCSE

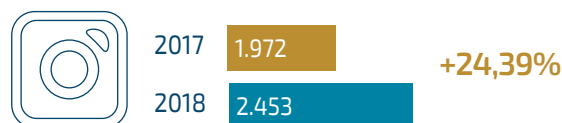


* Só foi possível mapear os meses de novembro e dezembro de 2017, devido a falta de ferramenta para análise de dados.

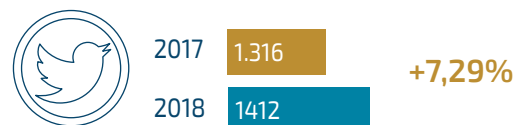
Facebook



Instagram



Twitter



Prioridades estabelecidas

- Apresentar à classe contábil e à sociedade a atuação do CRCSE;
- Fortalecer a imagem do Profissional da Contabilidade perante a sociedade;
- Criação da série de reportagens 'Conhecendo o CRCSE';
- Inserção de peças, eventos e reportagens sobre o CRCSE nos veículos de comunicação de todo o Estado.

Desafios e riscos futuros

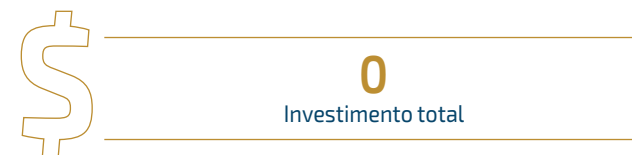
- Elaboração de ação para fomentar as ferramentas de comunicação interna (divulgação da informação, conscientização dos colaboradores e estímulo à comunicação);
- Lançar vídeos do programa "CRCSE em um minuto", veiculado nas redes sociais, voltados a prestar esclarecimentos sobre os serviços oferecidos pelo CRCSE, entre outros temas;
- Congelamento no engajamento dos seguidores nas redes sociais.

Objetivo estratégico 4:

Firmar parcerias estratégicas

Vínculo com a cadeia de valor

- Relacionamento Institucional



Indicadores

Percentual de parcerias e patrocínios firmados

Objetivo: Avaliar a variação % de parcerias firmadas durante o ano entre o CFC/CRC e outras entidades/organizações.



Em 2018 foram firmadas 5 parcerias estratégicas com diversas entidades, superando a meta em 400% do estabelecido, demonstrando o trabalho efetivo do CRCSE na ampliação de ações com parcerias estratégicas.

Principais projetos e ações

Relacionamento Institucional - Parcerias Estratégicas

Objetivo: Firmar parcerias estratégicas com instituições públicas e privadas sem fins lucrativos.

Resultados: As parcerias firmadas em 2018 foram:

1. Convênio entre o CRCSE e o SENAR, com a finalidade de estabelecer a participação do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR-AR/SE nos eventos (congressos, seminários, palestras, capacitações e oficinas) realizados pelo CRCSE para divulgação das ações do programa cidadania rural, com objetivo de orientar aos participantes sobre a legislação previdenciária rural, e-social, EFD-Reinf e temas de interesses da área contábil rural, bem como a participação recíproca, nos eventos ofertados por ambos, direcionados aos profissionais da contabilidade.

2. Convênio entre o CRCSE e a Media Soluções e Conflitos – Câmara de Mediação e Arbitragem, com a finalidade de oferecer o serviço de palestras, cursos modulares de capacitação e reciclagem em mediação/arbitragem e áreas afins deste conhecimento aos profissionais da área contábil, como também a inserção de cláusulas escalonadas dos contratos de prestação de serviço dos profissionais.

3. Convênio entre o CRCSE e a Sociedade de Ensino Superior Amadeus, tem por finalidade a concessão do desconto de 30% (trinta por cento) nos cursos de graduação de 10% (dez por cento) nos cursos de pós-graduação, oferecidos pela Faculdade Amadeus, aos profissionais da contabilidade regulares com o CRCSE, aos colaboradores do CRCSE e aos seus dependentes.

4. Termo de Cooperação Técnica entre o CRCSE e a ASCC, com a finalidade de aproximar os partícipes, com foco na disponibilização de informações e capacitações, visando ampliar o conhecimento dos profissionais da contabilidade, no que tange às normas contábeis.

5. Convênio entre o CRCSE e a Associação dos Contabilistas de Estância e Região Centro-Sul de Sergipe, com a finalidade de aproximar os partícipes, com foco na disponibilização de informações e capacitações, visando ampliar o conhecimento dos profissionais da contabilidade, no que tange às normas contábeis.

Prioridades estabelecidas

- Promover e aprimorar os trabalhos institucionais, por meio de ações integradas, de apoio mútuo e intercâmbio de informações e experiências.

Desafios e riscos futuros

- Os desafios relacionados ao projeto correspondem em manter e/ou desenvolver novas ações em conjunto com

as entidades parceiras no próximo ano, de modo a maximizar os objetivos propostos por cada termo e propiciar o engajamento, participação e desenvolvimento da profissão contábil.

Objetivo estratégico 5:

Atuar como fator de proteção da sociedade

Vínculo com a cadeia de valor

- Gestão Ética e Disciplinar da Profissão Contábil
- Gestão de Registro nos Conselhos de Contabilidade
- Sustentabilidade

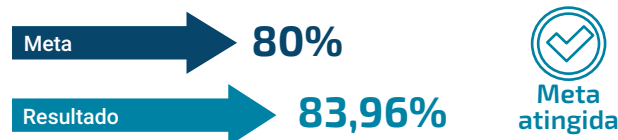


1.792,00
Investimento total

Indicadores

Ética na profissão.

Objetivo: Avaliar o % de penalidades aplicadas no exercício corrente em relação ao número de processos julgados no exercício corrente..



Foram julgados 106 processos durante o exercício, o que corresponde a 35 processos por Conselheiro. Do total de processos, observa-se o seguinte resultado: em 14 processos ocorreu aplicação de multa; 12 advertências reservadas; 1 censura reservada; 40 multa e advertência reservada; 20 multa e censura reservada; 1 suspensão e advertência reservada; 1 suspensão e censura pública e somente 17 foram arquivados..

Índice de controle social.

Objetivo: Avaliar o % de profissionais registrados participando em programas de voluntariado.

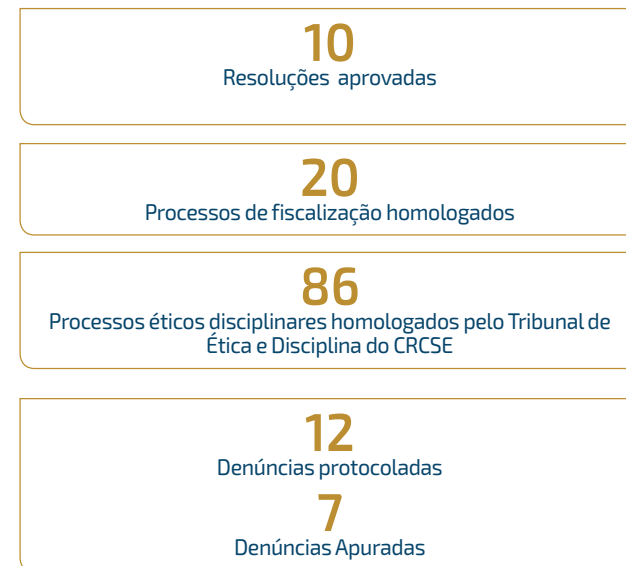


O exercício encerrou com 60 profissionais da contabilidade, ativos e regulares, cadastrados como voluntários no PVCC, superando a meta estabelecida.

Principais projetos e ações

Reuniões Regimentais

Objetivo: Assegurar o cumprimento das prerrogativas institucionais do Sistema CFC/CRCs, por meio de reuniões Plenárias, do Conselho Diretor e das Câmaras.



Além disso, nas reuniões regimentais foram homologadas as decisões das reuniões de Câmaras, bem como foram discutidos os projetos, a gestão e aplicação dos recursos, com vistas ao aprimoramento da profissão contábil.

Prioridades estabelecidas

- No julgamento dos processos, os Conselheiros apreciaram ações relacionadas às atribuições dos profissionais da contabilidade, atuando como fator de proteção da sociedade;
- Ações voltadas a reponsabilidade social, através do PVCC.

Desafios e riscos futuros

- Conscientizar o profissional da importância de seguir as Normas Brasileiras de Contabilidade e as demais legislações emanadas pelo CFC, visando à valorização da Classe Contábil perante a Sociedade.

Objetivo estratégico 6:

Promover a satisfação da classe contábil em relação ao Sistema CFC/CRCs

Vínculo com a cadeia de valor

- Gestão Ética e Disciplinar da Profissão Contábil
- Gestão de Registro nos Conselhos de Contabilidade
- Gestão de Educação Continuada

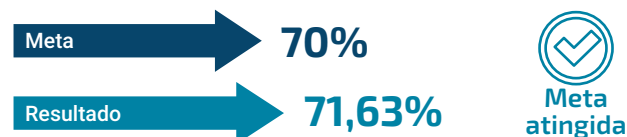


1.070,00
Investimento total

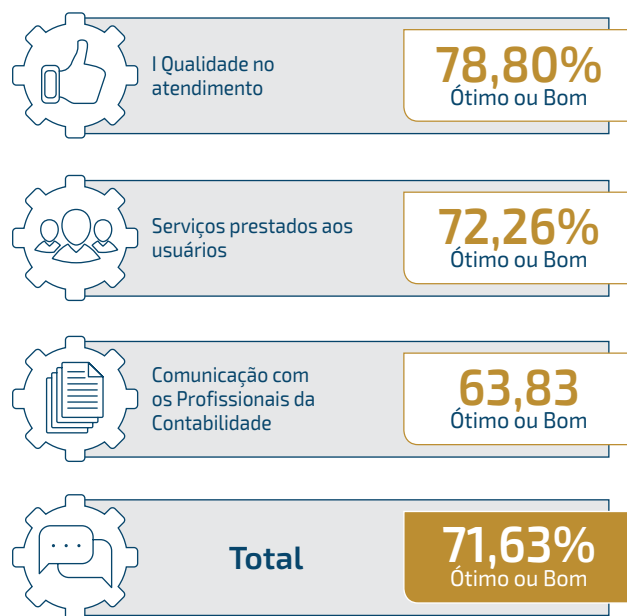
Indicadores

Grau de satisfação dos profissionais da contabilidade

Objetivo: Avaliar o grau de satisfação dos profissionais da contabilidade em relação às ações desenvolvidas pelo Sistema CFC/CRCs.



Em 2018, 115 profissionais da contabilidade responderam à pesquisa que foi enviada aos mais de 3000 mil profissionais registrados e disponibilizada no site, no boletim eletrônico e nas redes sociais do CRCSE. Por meio dos resultados, o CRCSE pretende programar ações para contribuir com a melhoria dos serviços prestados e elevar o nível de satisfação dos profissionais da contabilidade.



Principais projetos e ações

Ampliação e Modernização do Acervo Bibliográfico

Objetivo: Disponibilizar informações atualizadas; proporcionar acesso remoto livre e democrático às fontes de informação; promover a disseminação da informação; integrar a informação em formato digital e em papel para disponibilizá-la de forma mais abrangente e efetiva; proporcionar o livre acesso

aos registros dos conhecimentos e da ciência contábil; equipar a biblioteca para atender ao profissional da contabilidade e ao público interno com acervos de livros e outros materiais das áreas contábil e afins; oferecer coleções e serviços de qualidade e adequadas às necessidades do profissional da contabilidade que incluam os tipos de suporte e tecnologias modernas e apropriadas.

Resultados:

Em 2018 foi realizada a renovação de 01 assinatura de periódico.

Prioridades estabelecidas

- Manter a qualidade nos serviços prestados através do registro, fiscalização e desenvolvimento profissional, com foco na satisfação dos profissionais da contabilidade.

Desafios e riscos futuros

- Disseminar as atividades regimentais desenvolvidas pelo CRC junto à sociedade.

Objetivo estratégico 7:

Garantir sustentabilidade orçamentária e financeira do Sistema CFC/CRCs

Vínculo com a cadeia de valor

- Gestão orçamentária dos Conselhos de Contabilidade
- Gestão de arrecadação de recursos

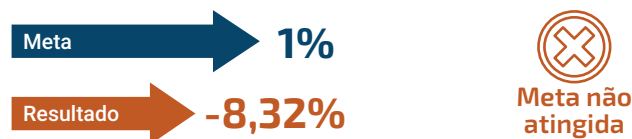


\$ 439.455,43
Investimento total

Indicadores

Ampliação da receita de contribuição (anuidade de profissionais e organizações contábeis)

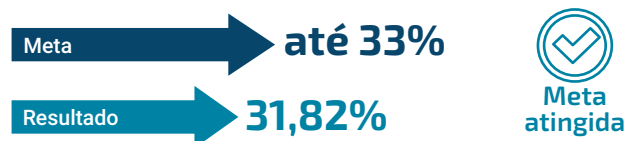
Objetivo: Avaliar o comportamento da receita de contribuição (redução ou acréscimo) em relação ao exercício anterior.



A receita proveniente das anuidades referentes ao exercício de 2018 foi, aproximadamente, 8% menor quando comparada ao exercício de 2017. Dentre os fatores determinantes para esse cenário, destacam-se o não reajuste da anuidade; o alto índice de inadimplência provocado pela crise econômica vivenciada pelo país; e a redução de cerca de 160 profissionais registrados.

Índice de inadimplência profissional - geral

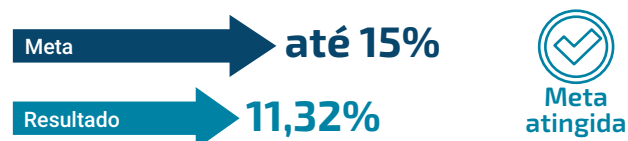
Objetivo: Avaliar o % geral de inadimplência de anuidades, multa de infração e multa de eleição dos profissionais, acumulada até o exercício atual.



As ações do setor de cobrança contribuíram para o alcance da meta estabelecida em relação à inadimplência profissional.

Índice de inadimplência de organizações contábeis - geral

Objetivo: Avaliar o % de inadimplência de anuidades e de multas de infração geral de organizações contábeis.



As ações do setor de cobrança contribuíram para o alcance da meta estabelecida em relação à inadimplência de organizações contábeis.

Índice de despesas com pessoal

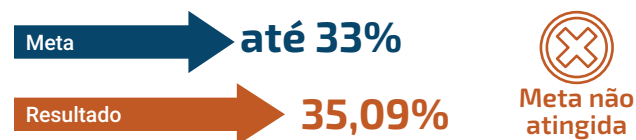
Objetivo: Avaliar o % da despesa de pessoal e encargos em relação ao total da Receita Líquida..



Em 2018, foram gastos R\$ 974.074,74 com despesa de pessoal, obtendo assim um resultado abaixo da meta fixada, cenário esse que garante a manutenção do efetivo necessário para conservação da qualidade das atividades realizadas.

Índice de custos com a estrutura

Objetivo: Avaliar o % de custos gerais sobre a estrutura..



No ano de 2018, tendo em vista que a receita teve um desempenho menor do que o esperado, a meta para esse indicador foi ultrapassada em 2,09%, ficando além do estabelecido.

Principais projetos e ações

Cobrança administrativa e judicial - profissionais e organizações contábeis

Objetivo: Realizar a cobrança da anuidade do exercício e reduzir a inadimplência de profissionais e de organizações contábeis com o objetivo de evitar a prescrição de créditos, de acordo com a legislação vigente.

Resultados:

Em 2018, o CFC realizou uma visita técnica ao CRCSE para proceder com orientações teóricas e práticas aos funcionários do setor de cobrança, com vistas aos procedimentos de cobrança administrativa e judicial. Esse trabalho contribuiu para melhorar as ações do setor, permitindo que o Regional atingisse as metas relacionadas à redução da inadimplência profissional e de organizações contábeis.

Prioridades estabelecidas

- Manter a efetiva cobrança administrativa e judicial dos créditos da entidade.

Desafios e riscos futuros

- Reduzir a inadimplência e aumentar a arrecadação, visando garantir a sustentabilidade do Regional.

Objetivo estratégico 8:

Garantir qualidade e confiabilidade nos processos e nos procedimentos

Vínculo com a cadeia de valor

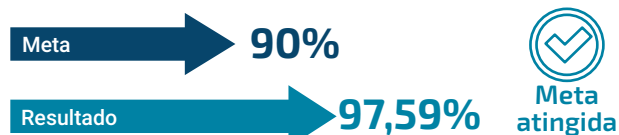
- Governança, Gestão de Riscos e Compliance
- Gestão dos Controles Internos



Indicadores

Tempo médio de julgamento de processos de registro

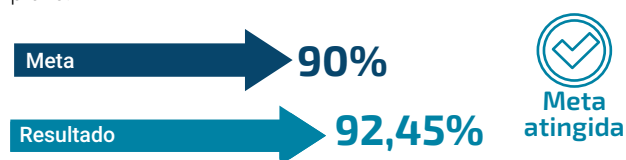
Objetivo: Avaliar o percentual de processos julgados dentro do prazo.



Foi julgado pela Câmara de Registro do CRCSE, um total de 374 processos, sendo 365 dentro do prazo. Foram acrescidos 7,59% em relação à meta estabelecida, demonstrando a eficiência e agilidade dos conselheiros na análise dos processos.

Tempo médio de julgamento de processos de fiscalização

Objetivo: Avaliar o percentual de processos julgados dentro do prazo.



A meta foi superada em 2,45% em relação à meta estabelecida, demonstrando a eficiência e dedicação dos Conselheiros no julgamento dos processos dentro do prazo estabelecido.

Principais projetos e ações

Atualização e manutenção cadastral

Objetivo: Proceder com o recadastramento para atualização de dados dos profissionais e das organizações no sistema cadastral, possibilitando a exatidão das informações nele contidas.

Resultados: Em 2018 foram realizadas 279 atualizações cadastrais, sendo: 71 através do contato direto com o profissional, 27 por meio da ficha perfil, e 181 através do convênio CFC e Receita Federal.

Prioridades estabelecidas

- Rapidez e eficiência nas respostas às pendências levantadas pelos profissionais e pela sociedade;
- Atualizar 15% dos dados dos profissionais.

Desafios e riscos futuros

- Analisar os processos sempre com base legal e coerência visando sempre à valorização da classe contábil e a proteção da sociedade;
- Conscientizar o profissional da importância da atualização do cadastro.

Objetivo estratégico 9:

Aperfeiçoar, ampliar e difundir ações de Educação Continuada, Registro e Fiscalização como fator de proteção da sociedade

Vínculo com a cadeia de valor

- Gestão de Registro nos Conselhos de Contabilidade
- Gestão Ética e Disciplinar da Profissão Contábil
- Gestão de Educação Continuada



Indicadores

Índice de realização de diligências geral

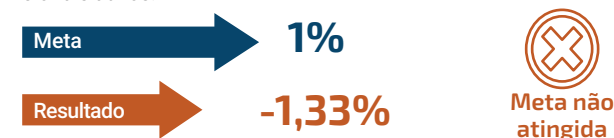
Objetivo: Avaliar a variação % do total de diligências realizadas em relação à quantidade total de diligências previstas para o exercício.



A meta foi superada em 12,19% em relação à meta estabelecida, demonstrando a eficiência e dedicação dos fiscais em verificar se os profissionais estão exercendo a profissão contábil conforme as NBC S e a legislação emanada pelo CFC.

Índice de evolução de registros profissionais ativos

Objetivo: Avaliar o percentual de crescimento dos registros profissionais ativos.



A redução no número de registros profissionais no CRCSE se deu, principalmente, devido ao período de crise econômica vivenciada pelo país. Em consequência disso, com dificuldades de inserção no mercado de trabalho os profissionais aprovados nas edições do Exame de Suficiência não solicitaram registros no Regional.

Investimentos em Desenvolvimento Profissional – Per Capita

Objetivo: Avaliar o valor investido no Programa de Educação Continuada por profissional da contabilidade.



No ano de 2018, o CRCSE definiu como meta o valor de R\$ 100,00 por profissional. Porém, este Conselho realizou uma quantidade maior de cursos específicos, e consequentemente obteve um aumento no valor da renda Per Capita, resultando assim no valor de R\$ 155,06 por profissional.

Principais projetos e ações

Registro de profissionais e organizações contábeis

Objetivo: Realizar o cumprimento das rotinas operacionais com qualidade, informar os profissionais sobre a finalidade e funcionalidade do CRC e promover ações que fomentem o registro profissional e de organizações contábeis.

Resultados: Foram concedidos 80 registros originários profissionais, 06 registros transferidos, e 35 restabelecimentos de registro profissional, e 20 organizações contábeis, no período de janeiro a dezembro de 2018

Fiscalização das organizações contábeis e dos profissionais de contabilidade

Objetivo: Promover a fiscalização preventiva e de orientação; bem como exigir a obrigatoriedade da escrituração contábil de todas as empresas; fazer cumprir as normas brasileiras, os princípios de contabilidade e orientações emanadas de resoluções do CFC e coibir o exercício da profissão contábil por pessoas não habilitadas.

Resultados: Visando verificar o atendimento às Resoluções do CFC e melhorar a qualidade do serviço prestado a sociedade, foram agendadas:



Fiscalização das empresas não contábeis

Objetivos: Verificar o registro profissional dos responsáveis e executores de serviços contábeis. Analisar as Demonstrações Contábeis com base na legislação e em observância às NBCS e aos princípios de contabilidade

Resultados: Objetivando verificar se os profissionais responsáveis por empresas não contábeis são profissionais habilitados, e consequentemente coibir o exercício irregular da profissão, foram agendadas:



Promover a Educação Continuada- Encontros/Seminários/ Fóruns/Jornadas

Objetivo: Oferecer à classe contábil a oportunidade de debater e refletir sobre os assuntos específicos, aprimorando os conhecimentos dos profissionais de contabilidade no exercício de suas atividades.

Resultados:



Promover a educação continuada - cursos e palestras

Objetivos: Oferecer à classe contábil cursos e palestras úteis e de qualidade, propiciando o aprimoramento dos profissionais da contabilidade. Resultados: Foram realizados 38 eventos entre cursos e palestras, atingindo um público total de 674 profissionais da Contabilidade.

Resultados:



Prioridades estabelecidas

- Coibir o exercício da profissão por leigos; verificar a regularidades dos profissionais perante o CRCSE; incentivar a escrituração contábil das empresas não contábeis; a elaboração dos contratos de prestação de serviço, delimitando a responsabilidade do profissional da contabilidade; a emissão de decore com base em documentos hábeis e legais; a elaboração de demonstrações contábeis Perícia e Auditorias de acordo com as NBCs;

- Capacitar 25% dos profissionais registrados no CRCSE.

Desafios e riscos futuros

- Atingir o número máximo de profissionais e empresas, tentando conscientizá-los da importância do atendimento as NBCs, evitando-se prejuízos à sociedade e a imagem dos profissionais da contabilidade;
- Conscientizar e estimular os profissionais da Contabilidade quanto à importância em participar dos cursos, palestras e Eventos, mantendo-se assim, atualizados com as mudanças constantes no cenário da profissão contábil.

Objetivo estratégico 11:

Inovar, integrar e otimizar a gestão do Sistema CFC/CRCs

Vínculo com a cadeia de valor

- Governança, Gestão de Riscos e Compliance
- Gestão orçamentária dos Conselhos de Contabilidade
- Sustentabilidade



Indicadores

Grau de eficiência orçamentária

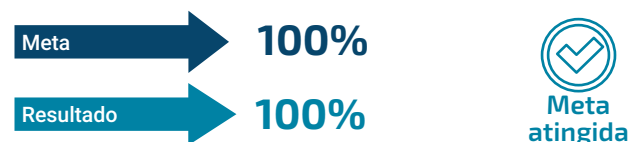
Objetivo: Avaliar o percentual da execução da despesa em relação à realização da receita.



Apesar dos esforços de contenção nos gastos do Regional, essa relação entre despesa e receita ultrapassou em 0,32% a meta estabelecida devido à receita ter sido menor do que a prevista em R\$ 134.473,89. É importante mencionar que, mesmo não executando toda a despesa prevista, não foi possível alcançar o resultado esperado.

Grau de implementação da inovação

Objetivo: Avaliar o percentual de ações inovadoras implementadas em relação às aprovadas.



A meta foi alcançada pelo empenho da gestão na disponibilização de um espaço na Sede do TCE/SE, destinado aos Profissionais da Contabilidade.

Principais projetos e ações

Apoio às delegacias e representações

Objetivo: Manter as representações e delegacias em condições de atender os profissionais da contabilidade no interior do estado.

Resultados: Foi realizada 01 reunião com os representantes do CRCSE com a finalidade de apresentar os normativos do Sistema CFC/CRCs, bem como para esclarecer o papel e responsabilidades de cada representante deste Conselho no interior do Estado.

Seminários e reuniões voltados à gestão do Sistema CFC/CRCs

Objetivo: Promover reuniões/seminários de presidências, vice-presidências, diretorias, chefes de departamentos e funcionários.

Resultados: Foi realizada 01 reunião administrativa com o corpo diretivo e funcional para discutir e apresentar as diretrizes da nova gestão

Prioridades estabelecidas

- Dar ciência das normas, procedimentos e funcionamento do Regional aos novos conselheiros e representantes.

Desafios e riscos futuros

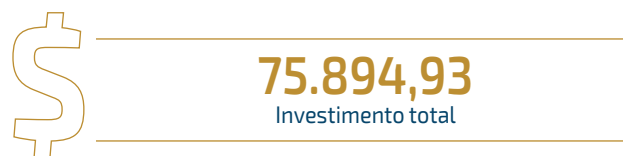
- Criar uma cultura de constantes discussões sobre os atos da administração.

Objetivo estratégico 12:

Ampliar e integrar o uso da Tecnologia da Informação no Sistema CFC/CRCs

Vínculo com a cadeia de valor

- Solução de Tecnologia da Informação do Sistema CFC/CRCs.



Indicadores

Índice de capacitação de usuários em tecnologia

Objetivo: Avaliar a quantidade de horas de capacitação por colaborador nos sistemas informatizados utilizados pelos conselhos de contabilidade.



Avaliação sobre o desempenho:

O Regional tem investido na capacitação de seus colaboradores, especialmente nos Sistemas utilizados, objetivando otimizar os serviços.

Índice de renovação do parque de informática

Objetivo: Avaliar o percentual de equipamentos trocados a cada ano.



A meta ficou abaixo do estabelecido, motivada pela indisponibilidade orçamentária do Regional.

Principais projetos e ações

Tecnologia da Informação



Objetivo: Contratação de empresas terceirizadas de informática para o fornecimento de serviços especializados, bem como para atuar na segurança da informação.

Resultados: Em 2018, foram investidos R\$ 56.757,93 na contratação de serviços de tecnologia da informação, entre os quais: Link de internet dedicado; hospedagem de site; manutenção e atualização do Portal informativo do CRCSE; licença de news-mail; licença de uso do sistema de gestão integrada e licença do sistema de folha de pagamento.

Modernização do Parque de Informática (Hardware e Software)

Objetivo: Modernizar o parque de informática para promover a melhoria do desempenho das atividades institucionais, ampliar a segurança e agilidade das informações e reduzir custos operacionais

\$ **R\$ 19.137,00** Investidos

4 Computadores com monitores

1 Licença de antivírus

Prioridades estabelecidas

- Manter a segurança dos dados cadastrais visando à melhoria dos serviços realizados.

Desafios e riscos futuros

- Para o próximo exercício, o desafio será aumentar os investimentos na modernização do parque de informática do CRCSE.

Objetivo estratégico 13:

Atrair e reter talentos

Vínculo com a cadeia de valor

- Governança, Gestão de Riscos e Compliance;
- Sustentabilidade.

\$ **997.926,81** Investimento total

Indicadores

Grau de satisfação de funcionários em relação à infraestrutura e às ações desenvolvidas pelo Conselho em prol do corpo funcional

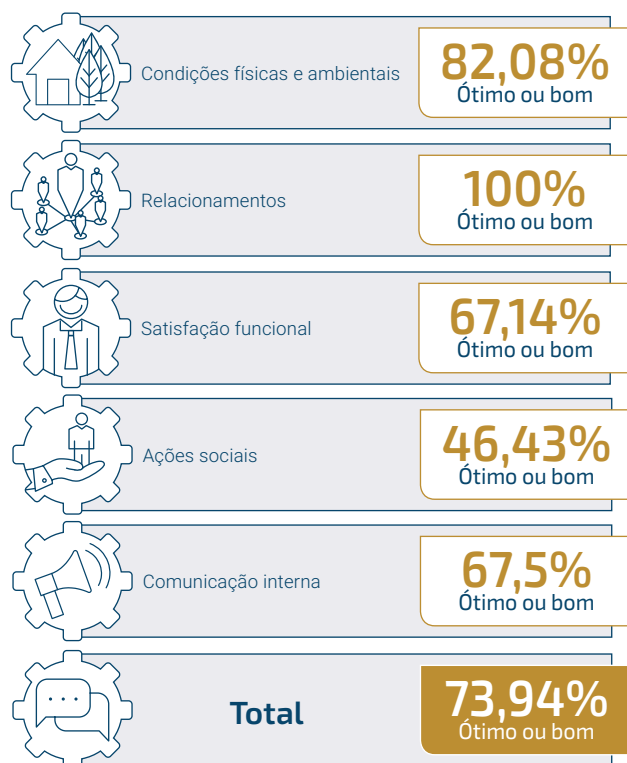
Objetivo: Medir o grau de satisfação dos funcionários com relação à infraestrutura e ações desenvolvidas pelo Conselho em prol do corpo funcional.

Meta → **70%**

Resultado → **73,94%**

Meta atingida

Em 2018, 08 colaboradores responderam à pesquisa que revela a percepção dos funcionários do CRCSE em relação a condições físicas e ambientais, relacionamentos, satisfação funcional, ações sociais e comunicação interna.



Percentual de benefícios

Objetivo: Avaliar o % gasto com benefícios (pessoal e assistenciais) em relação à remuneração de pessoal e encargos patronais da folha de pagamento..

Meta → **até 15%**

Resultado → **14%**

Meta atingida

O CRCSE oferece benefícios voltados à saúde e ao bem-estar de seus funcionários, tais como: auxílio-saúde e auxílio alimentação, aumento salarial por progressão de carreira, licenças (acompanhamento médico, aniversário, casamento e falecimento). Dessa forma, o investimento realizado em 2018 perfaz 14% do total das despesas pendidas com pessoal, atingindo a meta estabelecida.

Taxa de desligamento

Objetivo: Avaliar o percentual da taxa de desligamento do quadro de funcionários.

Meta → **até 1%**

Resultado → **0%**

Meta atingida

No exercício de 2018 não houve desligamentos de funcionários, permanecendo o resultado dentro da meta estabelecida.

Principais projetos e ações

Pessoal, Encargos e Benefícios

Objetivo: Efetuar o pagamento das despesas (salário, encargos e benefícios) relativas aos gastos com pessoal (funcionários, cargos em comissão, jovem aprendiz e estagiários).

Resultados: Os gastos com pessoal teve um aumento de aproximadamente 0,29% em relação ao ano de 2017. O fator que levou ao incremento desse gasto foi à progressão horizontal por antiguidade, que ocorre a cada três anos, obedecida a data de ingresso do empregado no CRCSE.

Qualidade de Vida no Trabalho

Objetivos: Realizar exames ocupacionais com o objetivo de proporcionar redução no absenteísmo, avaliar aptidões físicas e mentais, além de evitar as implicações legais pelo não cumprimento. Proporcionar ginástica laboral a todos os funcionários com vistas a reduzir e prevenir doenças ocupacionais, por meio de exercícios específicos, de forma a obter melhoria na qualidade de vida no trabalho.

Resultados: Foram atualizados os exames periódicos dos funcionários do CRCSE que venceram no exercício visando garantir a qualidade de vida no trabalho.

Prioridades estabelecidas

- Garantir os benefícios legais e os previstos no PCCS, proporcionando melhoria na qualidade de vida do seu corpo funcional;
- Realizar o pagamento dos salários, das férias e dos benefícios no dia estabelecido, sem atrasos.

Desafios e riscos futuros

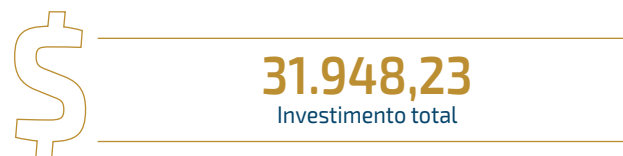
- Promover políticas de gestão de pessoas, visando uma melhor satisfação no ambiente de trabalho;
- Adequar as rotinas trabalhistas à nova metodologia do Governo para verificação do cumprimento das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas pelos órgãos públicos.

Objetivo estratégico 14:

Influenciar a formação das competências e das habilidades dos profissionais, fomentar programas de educação continuada e fortalecer conhecimentos técnicos e habilidades pessoais dos conselheiros e funcionários do Sistema CFC/CRCs]

Vínculo com a cadeia de valor

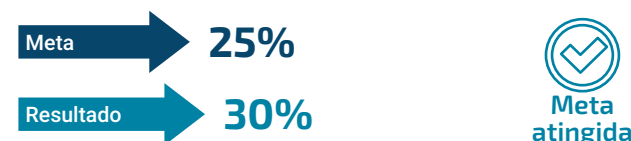
- Gestão da Educação Continuada



Indicadores

Participação dos profissionais da contabilidade, conselheiros e funcionários em eventos de capacitação - Educação Continuada

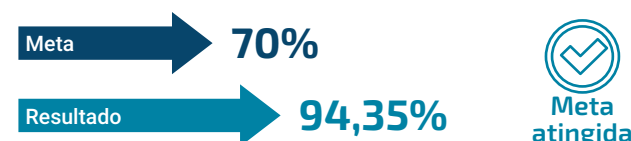
Objetivo: Avaliar o percentual de profissionais da contabilidade que participaram do programa de educação continuada.



Em 2018, o CRCSE atingiu o percentual de participação dos profissionais em eventos e treinamento de 30%, superando a meta definida de 25%. Isso se deve ao fato de uma atuação mais efetiva deste Conselho, junto aos profissionais, buscando a conscientização por parte dos mesmos da necessidade para a sua qualificação. O CRCSE vem junto à classe contábil e as Instituições de Ensino mostrando a importância da Educação Continuada como essencial para o desenvolvimento das atividades do profissional contábil.

Avaliação dos eventos – cursos, seminários, congressos, encontros, etc.

Objetivo: Avaliar o índice de satisfação dos eventos (cursos, seminários, congressos, encontros, etc) promovidos pelo CFC e pelos CRCs



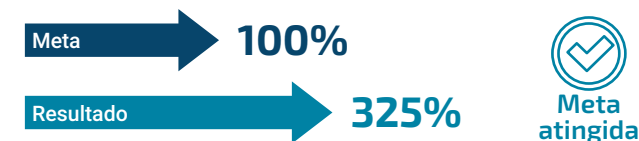
Objetivo: Avaliar o tempo médio de capacitação dos Conselheiros Efetivos.



O Regional mantém o investimento na capacitação dos conselheiros, proporcionando a participação em cursos e outros eventos voltados para a área contábil, ultrapassando a meta estabelecida.

Percentual de treinamentos realizados para funcionários atenderem às competências definidas

Objetivo: Avaliar o percentual de realização do plano anual de treinamento para os funcionários.



Foi colocada à disposição dos funcionários, a participação nos cursos e eventos realizados pelo Regional e outras entidades, de acordo com a área de atuação, o que resultou no alcance da meta além do estabelecido.

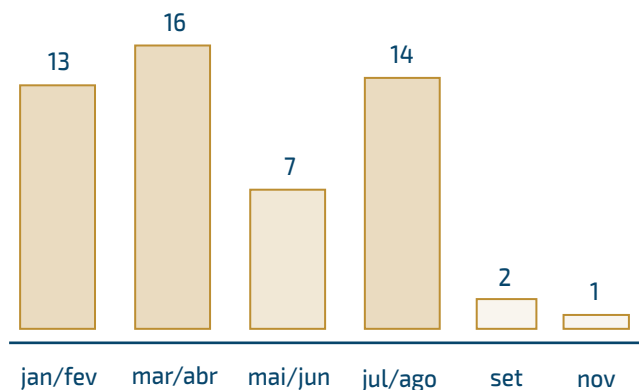
Principais projetos e ações

Educação Continuada – Auditores e demais profissionais obrigados

Objetivo: Definir ações para o desenvolvimento, viabilização, controle e fiscalização do programa de educação profissional continuada.

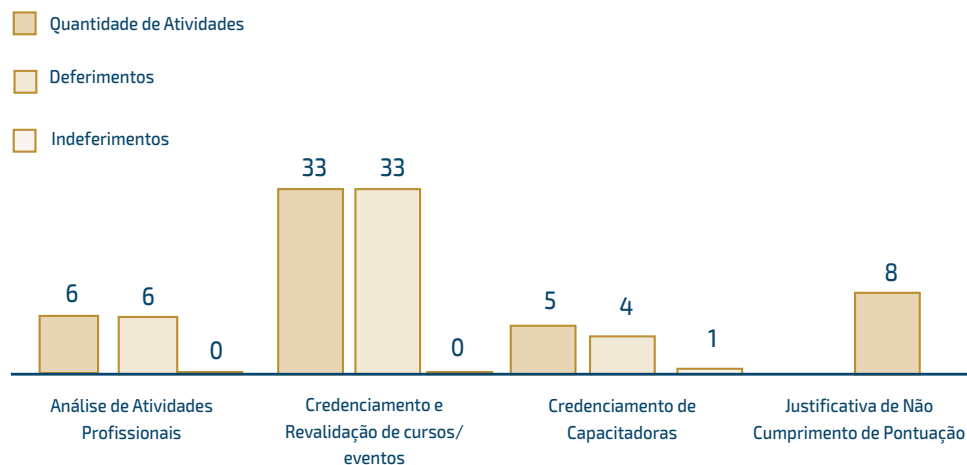
Resultados:

Quantidade de Processos Julgados



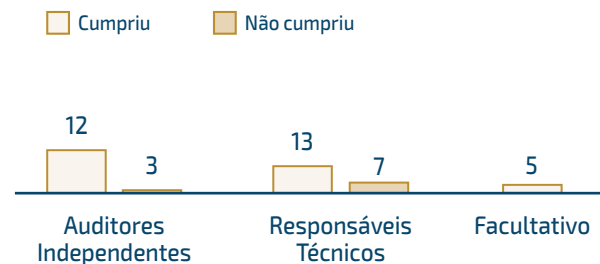
Nas reuniões realizadas, foram julgadas as seguintes atividades:

Atividades julgadas



Com relação aos profissionais que cumpriram o Programa de Educação Profissional Continuada no exercício 2018/2017, obtivemos os seguintes resultados:

Prestação de contas 2018/2017



Alteração da NBC PG 12 (R3) para aplicação aos profissionais obrigados ao cumprimento do Programa de Educação Profissional Continuada. A Norma passa a vigorar a partir de janeiro de 2019, com destaque, dentre outros, para a inclusão de novos grupos obrigados (responsáveis técnicos pelas empresas com receita bruta total igual ou superior a R\$ 78 milhões).

Participação dos Conselheiros em Eventos Nacionais e Internacionais

Objetivos: Estar presente nos eventos nacionais e internacionais - nas modalidades "reuniões", "congressos", "conferências" e "eventos similares" - que promovam o engajamento do CFC (CRC) no contexto socioeconômico e cultural do país.

Resultados: Nesse projeto, ocorreu apenas 01 participação em evento nacional, na modalidade "reunião", de um conselheiro para tratar do planejamento e organização do CONAPE 2019.

Publicações Técnicas e Institucionais

Objetivos: Divulgar o conteúdo técnico-científico produzido pelo Sistema CFC/CRCSE e publicar atos normativos.

Resultados: Os atos normativos do CRCSE são publicados no Diário Oficial do Estado de Sergipe, no site do CRCSE <www.crcse.org.br>, e no Portal da Transparência no endereço eletrônico <<http://www3.cfc.org.br/spw/portaltransparencia/consulta.aspx?cs=tpepc2zdhf>>.

Prioridades estabelecidas:

- Conseguir 70% da avaliação dos profissionais inscritos nos cursos, eventos e palestras realizados no CRCSE;
- Capacitar os funcionários e conselheiros para atender as competências definidas em suas áreas de atuação.

Desafios e riscos futuros:

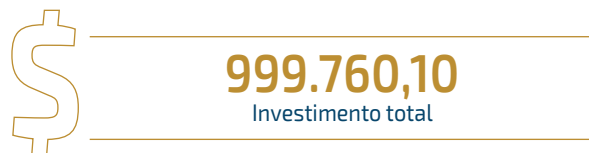
- Conscientizar e estimular os profissionais da Contabilidade quanto a importância de avaliar os cursos oferecidos por este Conselho, melhorando assim a qualidade dos cursos, eventos e palestras;
- Manter a eficiência nos trabalhos desenvolvidos pelos funcionários e conselheiros do CRCSE.

Objetivo estratégico 15:

Assegurar adequada infraestrutura e suporte logístico às necessidades do Sistema CFC/CRCs

Vínculo com a cadeia de valor

- Sustentabilidade



Indicadores

Índice de Adequação da frota de veículos de uso da fiscalização

Objetivo: Verificar se o CRC possui carros para os fiscais.



O Regional disponibiliza veículos suficientes para atender as demandas do setor de fiscalização.

Índice de Renovação da Frota de Veículos de Uso da Fiscalização e da Administração

Objetivo: Verificar se o CRC está renovando a frota de veículos.



Não houve fixação de meta para esse indicador no exercício de 2018.

Principais projetos e ações

Serviços Administrativos

Objetivos: Proporcionar o custeio de despesas com a contratação de serviço de copa e cozinha, serviços de apoio administrativo e operacional, cópias e encadernação de documentos, despesas com locomoção e outras despesas administrativas necessárias para assegurar a continuidade das atividades.

Resultados: Objetivando desempenhar sua função institucional, bem como, assegurar a continuidade e qualidade da prestação de serviços, o CRCSE investiu R\$ 11.888,79 na contratação de serviços para apoio administrativo e operacional.

Comunicação e Telecomunicações

Objetivos: Garantir, de forma eficiente e eficaz, a prestação de serviços de comunicação e de telecomunicações, para assegurar a qualidade da informação aos profissionais da contabilidade e a sociedade.

Resultados: Considerando-se que os serviços de comunicação e telecomunicações são ferramentas de tecnologia fundamentais para o desenvolvimento das atividades da entidade, o CRCSE investiu R\$ 13.114,75 na execução dessa atividade.

Aquisição, construção, instalação e reforma de sede e subsede

Objetivos: Adquirir, ampliar ou reformar a edificação predial para adequar as instalações às necessidades operacionais.

Resultados: Foi construído um auditório com capacidade para 120 pessoas, além do estacionamento que vem promover uma maior acessibilidade às dependências do Regional, tanto para os funcionários como para os conselheiros e visitantes. Também foi realizada uma reforma na estrutura predial com melhorias na sala do plenário, das vice-presidências, área de convivência, copa, além da pintura geral e fachada do prédio.

Modernização e manutenção da estrutura física

Objetivo: Garantir a manutenção física e a conservação preventiva e corretiva das edificações, instalações e equipamentos de infraestrutura predial. Garantir a segurança da edificação, do acervo e das instalações, bem como dos usuários. melhorar a qualidade e eficiência funcional do edifício, alinhadas às metas de sustentabilidade ambiental e acessibilidade.

Resultado: Em 2018, foram investidos R\$ 129.098,84 em serviços de água, energia, segurança, limpeza e conservação, e outros necessários à manutenção preventiva e corretiva da estrutura predial do CRCSE.

Aquisição de máquinas e equipamentos, móveis e utensílios

Objetivos: Investir em móveis e utensílios, máquinas e equipamentos para melhorar a qualidade dos serviços prestados e assegurar o conforto aos usuários.

Resultados: Foram investidos R\$ 3.435,00 na aquisição utensílios de copa e cozinha, e em três novos aparelhos de ar condicionados para substituição dos que se encontravam em estado de inservibilidade.

Prioridades estabelecidas:

- O Regional priorizou a conclusão da reforma e ampliação da sede, bem como a manutenção da infraestrutura para garantir o cumprimento das atividades fins.

Desafios e riscos futuros:

- Manter a conservação física da sede com instalações de equipamentos de infraestrutura predial;
- Garantir a segurança da edificação, do acervo e das instalações, bem como a dos usuários.



Alocação de Recursos e Áreas Especiais de Gestão

Declaração do Vice-presidente Administrativo, IONAS SANTOS MARIANO

A Vice-presidência Administrativa integra a estrutura dos órgãos executivos vinculados a Presidência do Conselho Regional de Contabilidade de Sergipe, conforme dispõe a Resolução CRCSE n.º 476/2014, e alterações, que aprova o Regimento Interno do CRCSE. As suas competências regimentais fundamentam a definição das diretrizes inseridas no Planejamento Estratégico e se relacionam aos processos de infraestrutura, gestão do conhecimento, gestão de pessoas, tecnologia e inovação e financeira.

As funções desempenhadas pela Vice-presidência se relacionam a organização institucional, planejamento e orçamento, administração financeira, contabilidade, administração de recursos humanos, licitação e contratos, gestão de pessoas e patrimônio, serviços gerais, sujeitando-se à supervisão técnica da Câmara de Controle Interno do CRCSE.

Além disso, tem a competência de planejar, coordenar, apoiar e supervisionar as atividades relacionadas às funções citadas acima; exercer papel articulador com as demais Vice-presidências, que compõem os órgãos executivos, no processo de elaboração e acompanhamento da execução das atividades e dos projetos vinculados ao Plano de Trabalho Anual (PTA) e à Proposta Orçamentária do CRCSE.

O acompanhamento da execução dos projetos e atividades é uma etapa essencial para a consecução dos resultados da gestão e contribui para a realização das metas declaradas nos planos, além de auxiliar a tomada de decisão de forma tempestiva, facilitar a cooperação, a articulação e a integração entre as áreas do Conselho e até mesmo com órgãos externos, identificar necessidades de ajustes e revisões

dos planos, melhorando a gestão, e favorecer a prestação de contas.

Em 2018, foram inseridos no PTA 36 atividades e/ou projetos, para atender às necessidades dos 5 programas que resumem as atividades-fim e meio do CRCSE.

Ressalta-se que a confecção da proposta orçamentária considerou as despesas fixas destinadas à execução dos serviços e à manutenção da entidade e buscou atender às estimativas de gastos de projetos discricionários presentes no PTA. Portanto, os gastos foram fixados de acordo com sua relevância e grau de prioridade, conforme descrito a seguir:

- Despesas Obrigatórias: definidas pelo caráter continuado e imprescindíveis para a realização das premissas fundamentais que representam para a entidade como uma obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios (Despesas de pessoal e encargos sociais, Despesas com projetos/atividades de Registro, Fiscalização, Educação Continuada).
- Despesas Discricionárias: definidas como continuidade de atividades e objetivos e destaque por não constituírem obrigações legais e nas quais o gestor tem uma maior liberdade para a decisão de aplicação (por exemplo: despesas com promoção de eventos para os profissionais da área contábil). A restrição orçamentária se constitui em um grande desafio da gestão administrativa do Conselho Regional de Contabilidade de Sergipe, principalmente em razão da crise econômica que o Brasil vem enfrentando, em especial o Estado de Sergipe e que tem contribuído para o aumen-

to do desemprego. Como consequência desse cenário, temos o aumento no número de pedidos de baixa de registros, aumento do percentual de inadimplência dos profissionais da contabilidade pelo não pagamento das anuidades e redução do número de solicitações de registros profissionais, fatores que interferem diretamente na arrecadação de recursos.

Tal cenário exigiu readequações das programações e enseja constantes ajustes para o aprimoramento dos procedimentos de gestão orçamentária e financeira no sentido de elevar a produtividade e a efetividade dos recursos empregados, sem comprometer a qualidade da prestação de serviços à classe contábil e a sociedade.

Com relação à gestão de pessoas, a recomposição da força de trabalho também se encontra entre os grandes desafios da administração, em razão da dificuldade orçamentária/financeira para contratação de pessoas. No quesito "oportunidades de melhorias", pode-se destacar: Ampliação do projeto de treinamento e capacitação de empregados, especialmente em temas relacionados à licitação e contrato, na área de tecnologia da informação, SPED, e-Social entre outros.

A conformidade e a confiabilidade do conteúdo contido neste capítulo encontram-se fundamentadas em informações extraídas dos principais sistemas informatizados do Conselho (contabilidade e orçamento, pagamentos, diárias e passagens, folha de pagamento, plano de trabalho, bens patrimoniais e almoxarifado.) e foram atestadas pelos gestores das áreas responsáveis na elaboração deste Relatório de Gestão 2018. Concluindo, DECLARO que os padrões de gestão

do Conselho Regional de Contabilidade de Sergipe atendem aos requisitos de conformidade e confiabilidade das informações prestadas neste capítulo.

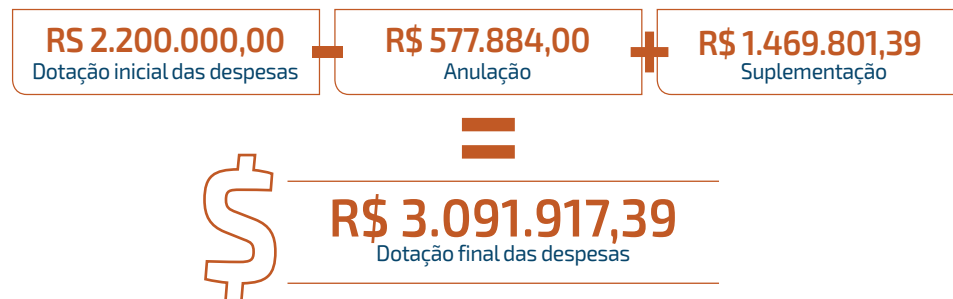
Ionas Santos Mariano
Vice-presidente Administrativo do CRCSE



Gestão Orçamentária e Financeira

O orçamento para o exercício de 2018 foi estimado em R\$ 2.200.000,00, aprovado por meio da Resolução CRCSE n.º 517/2018, subdividido em Objetivos Estratégicos, Programas, Projetos e Atividades. Entretanto, houve modificações orçamentárias, por anulação ou suplementação de recursos, redimensionando-o para o montante de R\$ 3.091.917,39.

Variação orçamentária do CRCSE:



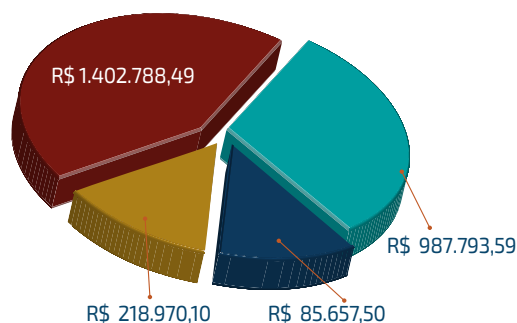
Execução Orçamentária

Em 2018, o CRCSE arrecadou R\$ 2.887.504,65, representando 93,39% da receita prevista. Desse montante, foram empenhadas despesas no valor de R\$ 2.752.401,03, das quais foram liquidadas R\$ 2.695.209,68, valor esse equivalente a 89,02% do estimado na proposta orçamentária. Como resultado orçamentário obtivemos um superávit de R\$ 135.103,62.

Execução Financeira

Em 2018, as despesas executadas pelo CRCSE totalizaram R\$ 2.695.209,68, sendo a maior parte direcionada ao atendimento do programa finalístico Gestão de Fiscalização. No exercício obtivemos um superávit financeiro de R\$ 536.663,86.

- Gestão de Fiscalização
- Suporte e Apoio a Atividades Fins
- Gestão de Registro Profissional
- Gestão de Educação Continuada



Em 2018, as despesas executadas representaram 95,32% do montante arrecadado.

As despesas correntes representaram cerca de 69,54% da despesa total e apresentaram uma média de gasto mensal de, aproximadamente, R\$ 159.499,92, sendo as de maior relevância descritas a seguir:

Pessoal, Encargos e Benefícios

- Remuneração de pessoal: 23,76%
- Encargos patronais: 2,28%
- Benefícios – programa de alimentação ao trabalhador e auxílio plano de saúde: 4,35%

Uso de Bens e Serviços

- Os serviços se referem a contratações necessárias ao funcionamento do CRCSE: 17,69%
- O material de consumo se refere aos bens adquiridos e consumo nas atividades do órgão: 1,34%

DESPESAS CORRENTES						
Grupos de Despesa	Empenhada R\$		Liquidada R\$		Valores Pagos R\$	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
1. Despesas de Pessoal (6.3.11 + 6.3.1.2)	974.074,74	968.623,19	974.074,74	968.623,19	947.985,61	943.598,42
Remuneração de Pessoal (6.3.1.1.01.01)	653.937,36	651.676,45	653.937,36	651.676,45	653.937,36	651.676,45
Encargos Patronais (6.3.1.1.01.02)	200.512,74	198.155,86	200.512,74	198.155,86	182.123,75	180.831,23
Benefícios a Pessoal (6.3.1.1.01.03 + 6.3.1.2)	119.624,64	118.790,88	119.624,64	118.790,88	111.924,50	111.090,74
2. Uso de Bens e Serviços (6.3.1.3)	523.727,45	684.809,85	523.727,45	684.809,85	492.625,23	668.722,81
Material de Consumo (6.3.1.3.01)	36.858,89	32.294,92	36.858,89	32.294,92	34.969,41	32.294,92
Serviços (6.3.1.3.02.01 + 6.3.1.3.02.02)	433.874,19	515.740,13	433.874,19	515.740,13	404.661,45	499.653,09
Diárias (6.3.1.3.02.03)	28.912,00	87.942,00	28.912,00	87.942,00	28.912,00	87.942,00
Passagens (6.3.1.3.02.04)	22.490,37	46.422,80	22.490,37	46.422,80	22.490,37	46.422,80
Demais elementos do grupo (6.3.1.3.02.05 + 6.3.1.3.02.06)	1.592,00	2.410,00	1.592,00	2.410,00	1.592,00	2.410,00
3. Financeiras (6.3.1.4)	61.558,55	31.056,13	61.558,55	31.056,13	61.558,55	31.056,13
Juros e Enc. s/ Empréstimos (6.3.1.4.01.01)	-	-	-	-	-	-
Serviços Bancários (6.3.1.4.01.02)	61.558,55	31.056,13	61.558,55	31.056,13	61.558,55	31.056,13
4. Outras Despesas Correntes (6.3.1.5 + 6.3.1.6 + 6.3.1.9)	354.638,29	386.754,91	354.638,29	386.754,91	354.638,29	385.181,78
Subvenções (6.3.1.5.01)	-	-	-	-	-	-
Tributárias (6.3.1.6.01)	352.524,10	381.074,51	352.524,10	381.074,51	352.524,10	379.501,38
Demais elementos do grupo (6.3.1.9.01)	2.114,19	5.680,40	2.114,19	5.680,40	2.114,19	5.680,40
DESPESAS CORRENTES (1+2+3+4)	1.913.999,03	2.071.244,08	1.913.999,03	2.071.244,08	1.856.807,68	2.028.559,14

DESPESAS DE CAPITAL						
Grupos de Despesa	Empenhada R\$		Liquidada R\$		Valores Pagos R\$	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
5. Investimentos (6.3.2.1)	838.402,00	272.601,06	838.402,00	272.601,06	838.402,00	272.601,06
Obras, Instalações e Reformas	817.587,00	261.842,06	817.587,00	261.842,06	817.587,00	261.842,06
Equipam. Mat. Permanentes (6.3.2.1.03)	20.815,00	10.759,00	20.815,00	10.759,00	20.815,00	10.759,00
DESPESAS DE CAPITAL	838.402,00	272.601,06	838.402,00	272.601,06	838.402,00	272.601,06
TOTAL GERAL	2.752.401,03	2.343.845,14	2.752.401,03	2.343.845,14	2.695.209,68	2.301.160,20

As despesas de capital foram empregadas em investimentos com Obras e Reforma e aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes. Os itens de destaque nesse quesito foram:



R\$ 20.815,00
em aquisição de imobilizados



R\$ 817.587,00
em Obras, Instalações e Reformas

Multas Aplicadas em Decorrência da Atividade de Fiscalização

A atividade de fiscalização, sendo uma das atividades-fim do Conselho, atua no sentido de coibir a prática irregular da profissão, adotando medidas éticas e disciplinares que visam garantir o exercício legal da contabilidade perante a classe e a sociedade.

O setor de fiscalização do CRCSE é composto por um coordenador e um fiscal que seguindo procedimentos regulados pelo CFC, atuam na fiscalização dos profissionais na jurisdição de Sergipe.

Nos casos de aplicação da multa de infração pelo TRED/PLENÁRIO, depois de transitado e julgado o Processo, é elaborado um memorando com os dados da multa de infração, que é encaminhado ao setor de Cobrança, para cadastro da multa de infração. Em seguida, o setor de fiscalização encaminha o Boleto da Multa para o autuado, pelo Correio, com AR, concedendo um prazo de 30 dias para pagamento da multa.

Decorrido o prazo de 30 dias da juntada do AR do Boleto da Multa, caso o autuado não tenha efetuado o seu pagamento integral, é elaborado o Extrato do Processo e encaminhado ao Setor de Cobrança, via Comunicação Interna, conforme determina o Ofício Circular n.º 2777/2003 COFIS/

CFC e o Parecer COFIS/CFC n. 1.222/03. E o Processo é arquivado conforme Parecer COFIS/CFC N. 1222/03 no sistema de fiscalização.



Multas aplicadas em 2018

R\$ 103.769,59



Multas arrecadadas em 2018

R\$ 46.519,31

Contingenciamento de Despesa

O CRCSE cumpriu o princípio do equilíbrio ao não gastar mais do que arrecada, mantendo a despesa corrente menor que a receita corrente. Esse fato viabiliza a perenidade das atividades, além de garantir condições financeiras de realizar investimentos na entidade.

- Nesse exercício, o CRCSE realizou alguns contingenciamentos no orçamento, com destaque para inscrições, despesas com combustível, contratações de estagiários e serviço de divulgação.

Medidas Mitigadoras

Durante o exercício, foram adotadas diversas medidas de contenção de gastos, exemplificadas a seguir:

Desafios e ações futuras

- Manter o bom funcionamento da estrutura do CRCSE, mesmo com o cenário econômico instável;
- Adotar processos digitais através do SEI;
- Melhorar o mapeamento dos recursos disponíveis e suas alocações;
- Divulgar os resultados orçamentários e financeiros alcançados para tomada de decisão.

Gestão de Pessoas

Política de Gestão de Pessoas

A política de gestão de pessoas praticada pelo CRCSE é pautada nas diretrizes institucionais e desenvolvida por meio de ações específicas na área de recursos humanos, voltadas para valorização do seu corpo funcional com a finalidade de motivar e comprometer os funcionários com os resultados operacionais da unidade de trabalho e, consequentemente, com os objetivos estratégicos da organização.

Conformidade Legal

Para assegurar a conformidade da gestão de pessoal, o CRCSE observa o conjunto de regras e diretrizes estabelecidas pelo Governo Federal e órgãos de controle. Conforme a seguir:

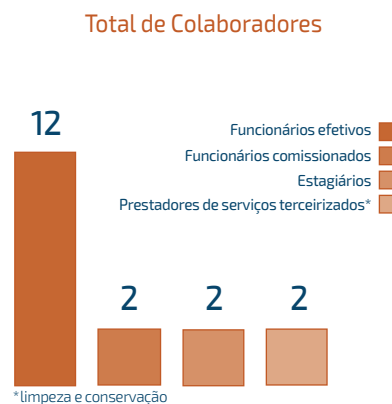
- Constituição Federal;
- Consolidação das Leis do Trabalho (CLT),
- DL n.º 5.452/1943, Lei n.º 13.467/2017;
- Lei n.º 6.019/1974
- Leis n.º 8.036/1990 e 8.212/1991;
- Resolução CRCSE nº 479/2015 que aprova o Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS), com alterações pelas Resoluções CRCSE nº 482/2015, 483/2015, 486/2015, 487/16 e 497/2016.

Indicadores de Conformidade

A avaliação da conformidade nos processos de Gestão de Pessoas do CRCSE é realizada por meio de indicadores, que permitem medir o grau de satisfação dos funcionários com relação à infraestrutura e ações desenvolvidas pelo Conselho em prol do corpo funcional. Além disso, a administração é responsável pela observância às normas e ao cumprimento dos seguintes tópicos:

- Acompanhamento e controle do registro e justificativa de ponto dos colaboradores;
- Acompanhamento de concessões, licenças e benefícios;
- Controle e acompanhamento da entrega relativa à acumulação ou não de cargos, função ou emprego em entidades federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, fundações, empresas públicas e sociedade de economia mista.

Avaliação da força de trabalho



Em dezembro/2018, a força de trabalho do CRCSE estava assim distribuída:

Faixa salarial		
Funcionários efetivos	Faixa salarial	Cargos Comissionados
10	Até R\$ 3.500,00	1
2	De R\$ 3.500,01 a R\$ 7.000,00	1
12	Total	2

Bolsa auxílio dos estagiários		
Carga Horária	Valor	Quantidade
4 horas diárias	R\$ 430,00	1
6 horas diárias	R\$ 630,00	1
Total		2

♀	Representatividade por gênero	♂
9	Funcionários efetivos	3
1	Cargos Comissionados	1
2	Estagiários	0
12	Total	4

♀	Representatividade por cargo e gênero	♂
1	Auxiliar Administrativo	0
1	Assistente Administrativo	1
3	Técnico em Contabilidade	2
1	Analista Administrativo	0
3	Contador	0
1	Assessor Jurídico	0
0	Assessor da Presidência	1
10	Total	4

Representatividade por etnia

	Parda	Branca	Negra	Amarela
Funcionários efetivos	10	1	0	1
Cargos Comissionados	2	0	0	0
Estagiários	1	0	1	0
Total	13	1	1	1

Representatividade por faixa etária

	Até 21 anos	entre 22 e 36 anos	entre 37 e 51 anos	acima de 51 anos
Funcionários efetivos	0	2	6	4
Cargos Comissionados	0	2	0	0
Estagiários	0	2	0	0
Total	0	6	6	4

Representatividade por área de trabalho

Área de Trabalho	Funcionários efetivos	Cargos Comissionados	Estagiários
Presidência	-	2	-
Diretoria Executiva	2	-	-
Vice-Presidência Administrativa	5	-	2
Vice-Presidência Fiscalização, Ética e Disciplina	2	-	-
Vice-Presidência Registro	2	-	-
Vice-Presidência de Desenvolvimento Profissional	1	-	-
Total	12	2	2

Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas

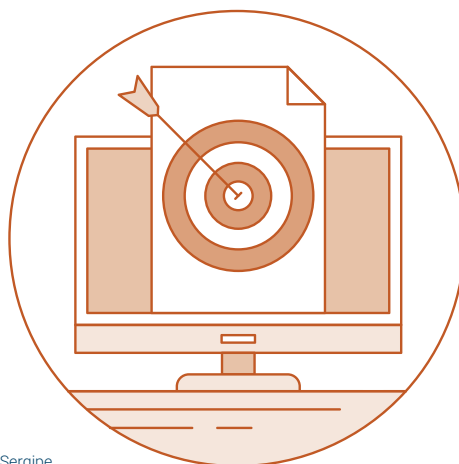
A admissão de empregados ao quadro do CRCSE é precedida de Concurso Público, que deve obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade, constantes no Art. 37 da Constituição Fed-

ral. Excetuam-se dessa disposição os empregos aqui definidos como de Provimento em Comissão, os quais são de livre contratação e extinção.

Os cargos são distribuídos em níveis Superior e Médio, delineados a partir de atividades características de subsistemas e processos típicos do CRCSE, englobando grande número de funções afins.

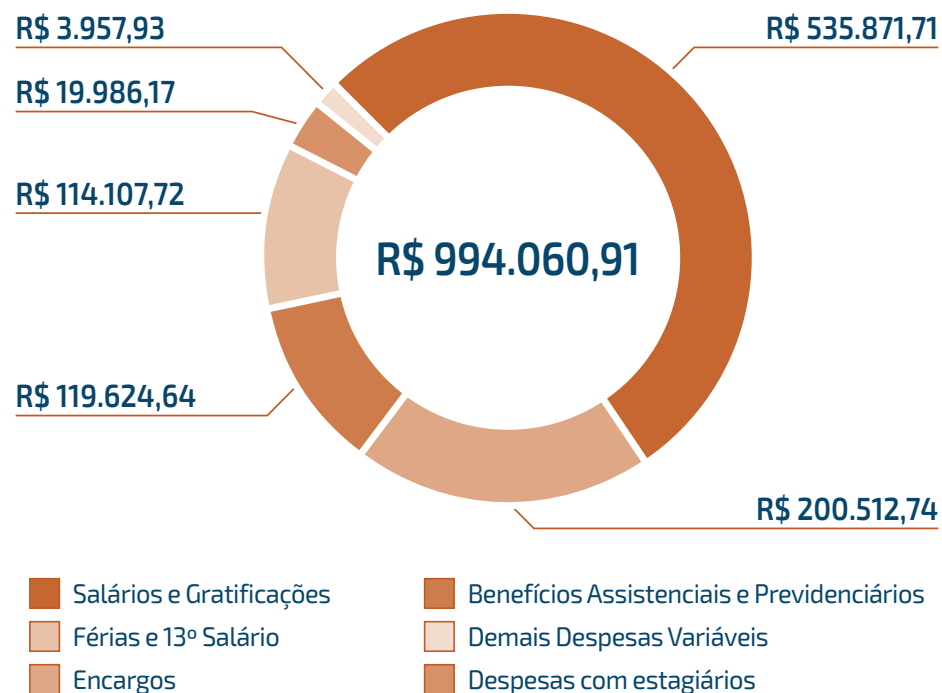
As descrições componentes do cargo têm o objetivo de definir as relações de competência, atribuições, requisitos essenciais e responsabilidades necessários para o desempenho das atividades do CRCSE.

Para realização de concurso são considerados fatores como: desligamentos de empregados, dimensionamento da força de trabalho, complexidade da estrutura do CRCSE, disponibilidade orçamentária e financeira e projeções futuras do quadro de pessoal.



Detalhamento da despesa de pessoal

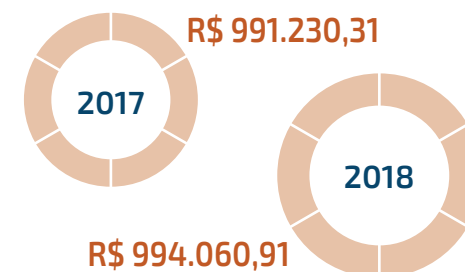
O montante gasto com despesas de pessoal no exercício de 2018 foi de R\$ 994.060,91, sendo distribuído da seguinte forma:



O gasto com pessoal teve um aumento de, aproximadamente, 0,29% em relação ao ano de 2017. O fator que levou ao incremento desse gasto foi:

- Progressão horizontal por antiguidade de 12 funcionários efetivos.

Comparativo do gasto com pessoal



Avaliação de desempenho, remuneração e meritocracia

Avaliação de desempenho

- Avaliar desempenho implica a atribuição de juízo de valor sobre o conjunto de competências necessário ao bom exercício de determinado cargo. Consiste na identificação de informações válidas, precisas e sistemáticas acerca do quanto o desempenho do indivíduo está de acordo com o esperado para seu cargo. Em linhas gerais, a Avaliação de Desempenho é o processo de comparação entre o resultado efetivo e o resultado esperado de acordo com critérios e medidas preestabelecidas.
- As competências representam a combinação de conhecimentos, habilidades e atitudes aplicadas a uma determinada atividade ou função. De forma simplificada, seguem conceitos constitutivos da competência:
 - Conhecimento:** refere-se ao que fazer.
 - Habilidade:** refere-se ao saber como fazer.
 - Atitude:** refere-se ao querer fazer.
- A Avaliação de Desempenho objetiva promover a melhoria da qualificação dos serviços e subsidiar a política de gestão de pessoas, principalmente quanto à capacitação, ao desenvolvimento no cargo, à remuneração e à movimentação de pessoal.
- Deve ser utilizada como ferramenta de controle alinhando a ação dos empregados aos objetivos pretendidos pelo CRCSE. O enfoque da Avaliação de Desempenho é garantir que o trabalho individual esteja em conformidade com o que a entidade espera

em termos de realização.

Progressão funcional

Plano de Cargos e Salários (PCCS)

Aprovado pela Resolução CRCSE n.º 479/2015, com alterações pela Resolução n.º 486/2015, estabelece critérios legais que possibilitem uma maior produtividade, levando em consideração o ajuste e a integralização do funcionamento, ao se definir uma política salarial uniforme e justa, bem como a correta atribuição das atividades e dos cargos.

Progressão Funcional

- Progressão Horizontal por Antiguidade:** O processo de progressão funcional dos empregados efetivos do CRCSE é baseado na Progressão Horizontal por Antiguidade que tem como objetivo regulamentar e disciplinar a ascensão na carreira dos empregados, em conformidade com a legislação vigente. Esse processo decorre de forma sequencial, nível a nível, a cada três anos, obedecida a data de ingresso do empregado no CRCSE.
- Progressão Horizontal por Merecimento:** Não há previsão de progressão horizontal por merecimento no PCCS do CRCSE.

Avaliação de desempenho - Contrato de experiência

A descrição funcional é especificada no Plano de cargos, carreiras e salários (PCCS) do CRCSE, onde são identificados os requisitos e competência necessários à função. Como forma de avaliar tais requisitos e competências, é realizada a avaliação de desempenho dos

funcionários em contrato de experiência.

Durante o período do contrato de experiência, os funcionários são avaliados quanto à sua aptidão e capacidade para desempenho do cargo, observando-se os seguintes critérios: assiduidade, pontualidade, responsabilidade e iniciativa.

As avaliações devem ser realizadas pelo superior direto do funcionário. A estabilidade só será alcançada pelo empregado após o período do estágio probatório, que será de dois anos, e se for aprovado na avaliação.

Tabela de remuneração

Auxiliar Administrativo	R\$ 1.792,80*
Assistente Administrativo	R\$ 2.007,95*
Técnico em Contabilidade	R\$ 2.640,46*
Analista Administrativo	R\$ 2.316,39*
Contador	R\$ 3.069,28*
Assessor Jurídico	R\$ 1.785,00**
Assessor da Presidência	R\$ 3.585,61**

* Salário inicial do cargo
** Cargo Comissionado

Cargos gerenciais ocupados por empregados efetivos

Os cargos gerenciais também foram aprovados pela Resolução CRCSE n.º 479/2015, sendo distribuídos da seguinte forma: 100% dos cargos de chefia, gerência e coordenação são ocupados por empregados efetivos.

Segurança e Medicina no Trabalho

Visando proporcionar a qualidade e a segurança no trabalho dos seus colaboradores, o CRCSE

adota programas para prevenir acidentes no trabalho e proteger a integridade dos seus colaboradores, tais como:

- Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO);
- Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA).



Exame Periódico*

* Exames periódicos: realizados para funcionários

Capacitação: estratégia e números

O CRCSE implementou processo integrado e sistemático de treinamento, desenvolvimento e aperfeiçoamento dos seus funcionários, visando à melhoria no desempenho e produtividade, à atualização ou adequação à legislação, à adaptação a novas tecnologias ou tecnologias já utilizadas, garantindo a competência necessária à condução das atividades.

A capacitação dos funcionários acontece por meio de treinamentos por intermédio dos cursos ofertados pelo Conselho, pelo CFC ou por instituições públicas parceiras, oferecidos nas modalidades "presencial" e "a distância".



Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (e - Social), que tem por objetivo padronizar a transmissão, validação, armazenamento e distribuição dessas informações.

Os órgãos públicos têm previsão para iniciar a utilização do e - Social em janeiro/2020. Neste sentido, o CRCSE deverá criar/incentivar uma política de comunicação eficiente para que todos os fatos que interferem na folha de pagamento dos empregados/estagiários sejam registrados e enviados ao Governo dentro dos prazos estipulados.

Principais desafios e ações futuras

Envelhecimento do quadro de empregados ativos

O quadro de empregados do CRCSE vem apresentando um alto índice de envelhecimento, conforme demonstrado no item "Avaliação da força de trabalho". O CRCSE deverá adotar políticas administrativas para reverter a situação.

eSocial

Um dos principais desafios para a área de gestão de pessoas consiste na adequação



das rotinas trabalhistas à nova metodologia do Governo para verificação do cumprimento das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas pelos órgãos públicos. Essa ferramenta é denominada

Gestão de Licitações e Contratos

Conformidade legal

Para assegurar a conformidade da gestão de Licitações e Contratos, o CRCSE observa o conjunto de normas e diretrizes estabelecidas pelo Governo Federal e órgãos de controle, conforme a seguir:

- Constituição Federal;
- Lei n.º 8.666/1993;
- Lei n.º 10.520/2002;
- Lei Complementar n.º 123/2006;
- Decretos Lei: n.º 3.555/2000; n.º 3.722/2001; n.º 5.450/2005; n.º 7.892/2013; e n.º 8.538/2015.
- Instruções normativas

O Conselho conta com a atuação de sua Assessoria Jurídica, que garante a conformidade das contratações com as normas, principalmente no que se refere a legislação acima citada e as Instruções Normativas do Ministério do Planejamento (MP), com destaque à IN 04/2014 (SEGES/MP) e 05/2017 (STI/MP).

Detalhamento dos Gastos das Contratações por finalidade e especificação dos tipos de serviços contratados para o funcionamento administrativo

Modalidades (nº de processos)/ Finalidades	Despesas Finalísticas	Fortalecimento Institucional	Tecnologia da Informação	Funcionamento Administrativo	Total
Dispensas	59	3	6	52	120
Inexigibilidades	9	0	0	0	09
Pregões	0	0	1	3	04
Gasto por finalidade	R\$ 118.390,46	R\$ 5.700,00	R\$ 73.317,00	R\$ 255.000,32	R\$ 452.407,78

Contratos em 2018



Contratações mais relevantes

As contratações mais relevantes realizadas pelo CRCSE, em 2018, foram para atender aos programas de Gestão de Registros Profissionais e Gestão de Fiscalização, compreendendo:

Despesas com cobrança	Vale Alimentação
<p>Serviços de Cobrança Bancária ofertado pela Caixa Econômica Federal, permitindo que o Regional emita boletos de cobrança.</p> <p>Valor: R\$ 56.755,87.</p> <p>Justificativa: A despesa com a cobrança dos créditos do Regional se intensificou no exercício de 2018 pela emissão dos boletos de cobrança na modalidade de cobrança registrada, o que acarretou num significativo gasto para manutenção da cobrança administrativa.</p>	<p>Serviços de Vale Alimentação</p> <p>Valor: R\$ 91.784,56.</p> <p>Justificativa: O CRCSE fornece o auxílio vale alimentação aos seus funcionários e aos cargos em comissão, em cumprimento ao Plano de Cargos, Carreiras e Salários. Essa ação alinha-se ao objetivo estratégico 13 - "Atrair e reter talentos", que está vinculada à Gestão de Fiscalização.</p>

Contratações diretas: justificativas



As **09** inexigibilidades contratadas no exercício, visaram o cumprimento da educação continuada, perfazendo o valor de **R\$ 58.400,00.**

Os **105** processos de dispensas de licitação em razão do valor totalizaram **R\$ 107.388,85.**

Contratações Diretas	Dispensas	Inexigibilidades
Funcionamento Administrativo	45.566,39	-
Despesas Finalísticas	58.165,46	58.400,00
Tecnologia da Informação	3.657,00	-
Gasto por modalidade	R\$ 107.388,85	R\$ 58.400,00

Principais desafios e ações futuras

- Implantar o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), visando promover maior eficiência administrativa e adequação às práticas inovadoras de trabalho;
- Manter a equipe de contratações atualizada e capacitada;
- Elaborar manuais de Pesquisa de Preços, Contratação Sustentável, Fiscalização de Contratos e Sanções Administrativas.

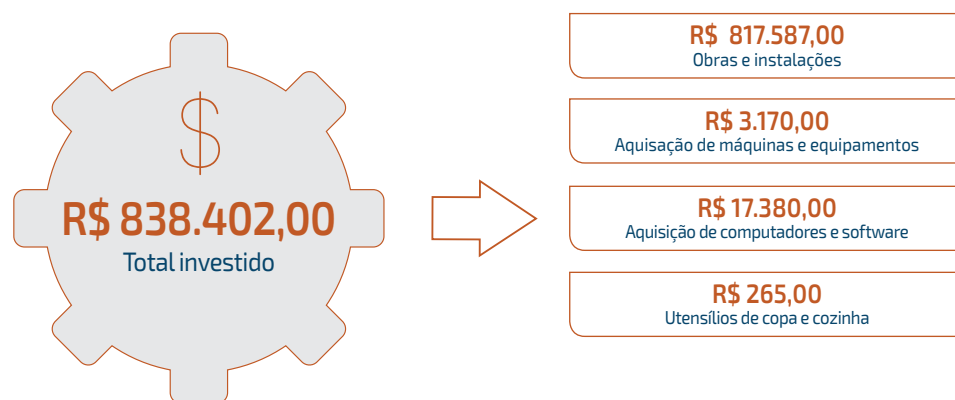
Gestão patrimonial e infraestrutura

Conformidade legal

O Conselho Regional de Contabilidade de Sergipe está alinhado, dentre outros, aos seguintes normativos quanto à sua gestão patrimonial:

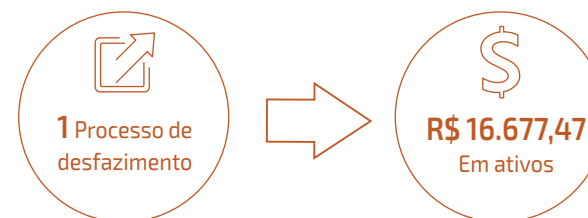
- Artigos 37, 70 e 75 da Constituição Federal;
- Lei n.º 4.320/1964;
- Decreto-lei n.º 200/1967;
- Instrução Normativa n.º 205/1988;
- Lei Complementar n.º 101/2000;
- Lei n.º 8.429/1992;
- Resolução CFC n.º 1.543/2018;
- Decreto n.º 9.373/2018 e demais instrumentos legais que regem a gestão patrimonial na Administração Pública.

Principais investimentos de capital (infraestrutura e equipamentos)



Os investimentos realizados estão relacionados aos objetivos estratégicos 12 e 15, que são respectivamente "Ampliar e integrar o uso da tecnologia da informação no Sistema CFC/CRCs" e "Assegurar adequada infraestrutura e suporte logístico às necessidades do Sistema CFC/CRCs".

Desfazimento de ativos

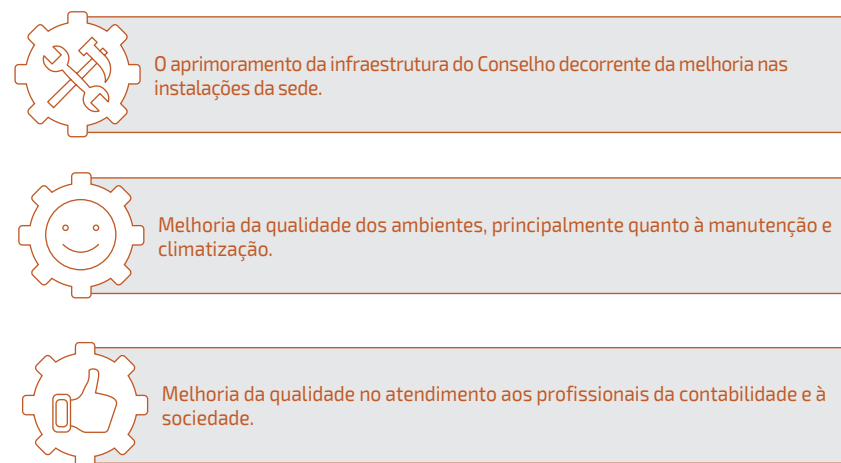


Os ativos baixados do Sistema de Bens Patrimoniais do CRCSE referem-se a equipamentos de processamento de dados, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, sistema de processamento de dados e instalações que foram diminuídos por perda involuntária de bens móveis.

Estes bens, nos termos do parágrafo único, do artigo 7º do decreto 9.373/28, cumulado com a lei 12.305/2010 foi destinado a Associação Beneficente Hospital de Caridade de Riachuelo, com CNPJ de nº 32.728.420/0001 - 85.

Resultados alcançados

Entre os resultados alcançados decorrentes dos investimentos realizados, pode-se destacar:



Desafios e ações futuras

- Adquirir o mobiliário para o novo auditório construído.
- Adquirir máquinas, equipamentos e instalações para as novas dependências construídas/reformadas.

Gestão da tecnologia da informação

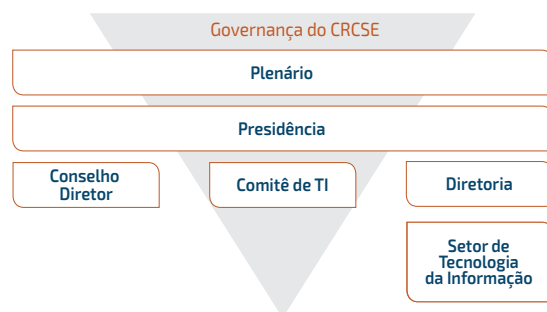
Conformidade legal

Para assegurar a conformidade legal da gestão de tecnologia da informação (TI), o CRCSE, por meio do Setor de Tecnologia da Informação observa e aplica um conjunto de regras e diretrizes estabelecidas ou referenciadas pelo Governo Federal, órgãos de controle, Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão-MP e melhores práticas para a manutenção dos serviços de TI. Como exemplo, destacam-se a IN 4 - Instrução Normativa MP/SLTI n.º 4/2014, o Guia de Boas Práticas em Contratação de Soluções de Tecnologia da Informação do SISP e a Portaria n.º 40/2016 - Plano de Contratações de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicações do MP/STI.

Ademais, o CRCSE alinha-se às regras estabelecidas em seus normativos internos, como, por exemplo, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) e a Portaria CRCSE n.º 007/2018 que constitui o Comitê de Tecnologia da Informação (CTI). Desse modo, evolui continuamente seus padrões e processos, principalmente em relação a governança, evolução de tecnologia, segurança da informação, licitação e fiscalização de contratos alinhadas às normas para contratação de tecnologia da informação.

Modelo de Governança de TI

O Modelo de Governança de TI do CRCSE, alinhado ao Modelo de Governança Corporativo do CFC, tem como principal instância o CTI. Esse Comitê tem por objetivo elaborar e aprovar políticas relativas à TI, além de monitorar e avaliar sistematicamente estas políticas.



Montante de recursos aplicados em TI

Exercício 2017

CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL	ORÇAMENTO	EMPENHADAS	REALIZADAS	% REALIZADO / ORÇAMENTO
SERVIÇOS	R\$ 61.608,49	R\$ 55.273,49	R\$ 55.273,49	89,72%
INVESTIMENTOS	R\$ 13.730,00	R\$ 11.059,99	R\$ 11.059,99	80,55%
TOTAL	R\$ 75.338,49	R\$ 66.333,48	R\$ 66.333,48	88,04%

Exercício 2018

CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL	ORÇAMENTO	EMPENHADAS	REALIZADAS	% REALIZADO / ORÇAMENTO
SERVIÇOS	R\$ 67.100,00	R\$ 56.757,93	R\$ 56.757,93	84,12 %
INVESTIMENTOS	R\$ 20.380,00	R\$ 19.137,00	R\$ 19.137,00	93,90 %
TOTAL	R\$ 87.480,00	R\$ 75.894,93	R\$ 75.894,93	86,76 %



Segurança da informação



Para garantir a disponibilidade e o acesso controlado às informações armazenadas com o uso da tecnologia da informação, adotam-se os seguintes procedimentos:

- Atualização constante do procedimento interno de segurança da informação ISO 9008/2015.
- Aquisição, em 2019, de nova solução de Firewall Next Generation para proteção e segurança das informações a fim de minimizar ameaças.

Contratações mais relevantes de recursos de TI

- Serviço de banda larga**
Empresa: BR 27 Serviço de Tecnologia LTDA.
R\$ 10.475,40
- Serviços de cessão de uso e manutenção nos sistemas SPW**
Empresa: SPW Informática Ltda
R\$ 28.484,19
- Aquisição de notebooks, computadores e monitores**
Empresa: Global Distribuidora de Bens de Consumo
R\$ 15.480,00
- Serviços de hospedagem e gerenciamento de e-mail**
Empresa: CI-Centro de Informações LTDA
R\$ 354,00
- Serviço de internet data center**
Empresa: Data Corpore Serviços e Representações LTDA
R\$ 7.788,00

Principais desafios e ações futuras



Saída e ausência de reposição de colaboradores na área de TI expondo o Conselho a uma limitação na possibilidade de automatização de processos internos.

Condicionamento tecnológico em relação a fornecedores e prestadores de serviço, que pode ocasionar:

- Descontinuidade de serviço;
- Necessidade de contratação de novos equipamentos e procedimentos de migração.

Acompanhar a rápida evolução das tecnologias, que implica em:

- Investir em novas capacitações, cursos e aprimoramento dos colaboradores de TI;
- Adquirir novos equipamentos com tecnologias avançadas.

Garantir a segurança de dados e redes, sendo necessárias as seguintes medidas:

- Manter a equipe treinada, os processos confiáveis e preestabelecidos;
- Executar ações mais rápidas e eficientes caso algum risco seja identificado.

Trabalhar as principais fraquezas e principais riscos detectados na Gestão de TI, que implica nas seguintes ações:

- Distribuir e definir os papéis e responsabilidades;
- Dispor de recursos para o pleno atendimento das demandas solicitadas pelas áreas do CRCSE;
- Substituir sistemas obsoletos;
- Acompanhar e fiscalizar os contratos de TI;
- Investir em segurança para minimizar ataques aos sistemas, bancos de dados e portais do CRCSE.

Gestão de Custos

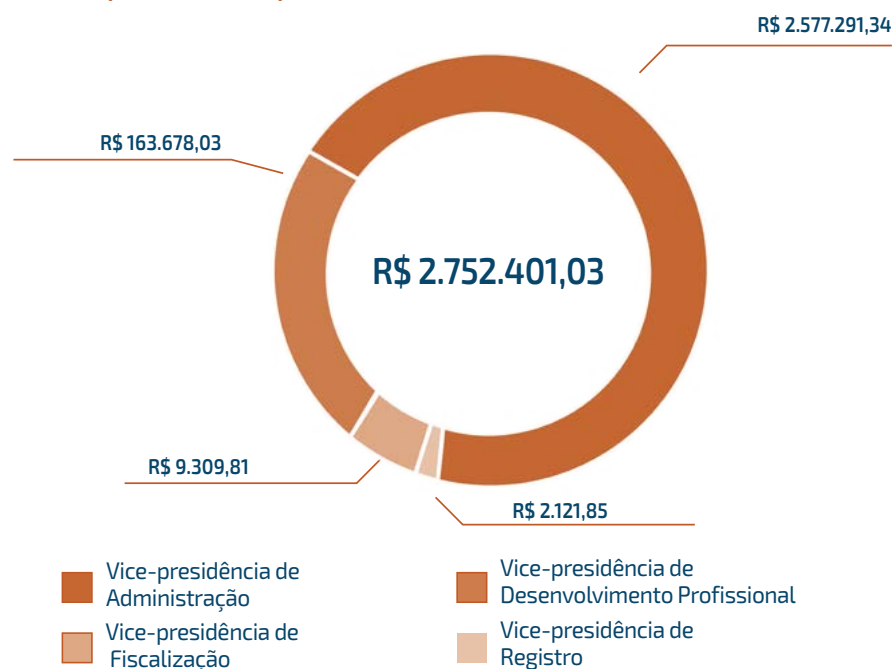
Apesar do CRCSE não realizar a distribuição dos custos indiretos por centros de custos, o Conselho utiliza sistema informatizado para controle dos custos diretos realizados por projeto, no módulo do Sistema do Plano de Trabalho, cujas informações são geradas a partir dos registros contábeis. Por meio desse sistema é possível emitir relatórios com o propósito de gerenciar os gastos por objetivo estratégico, programa, área e projeto, sendo, portanto, uma importante ferramenta de apoio à tomada de decisão pelo gestor”.

Conformidade Legal

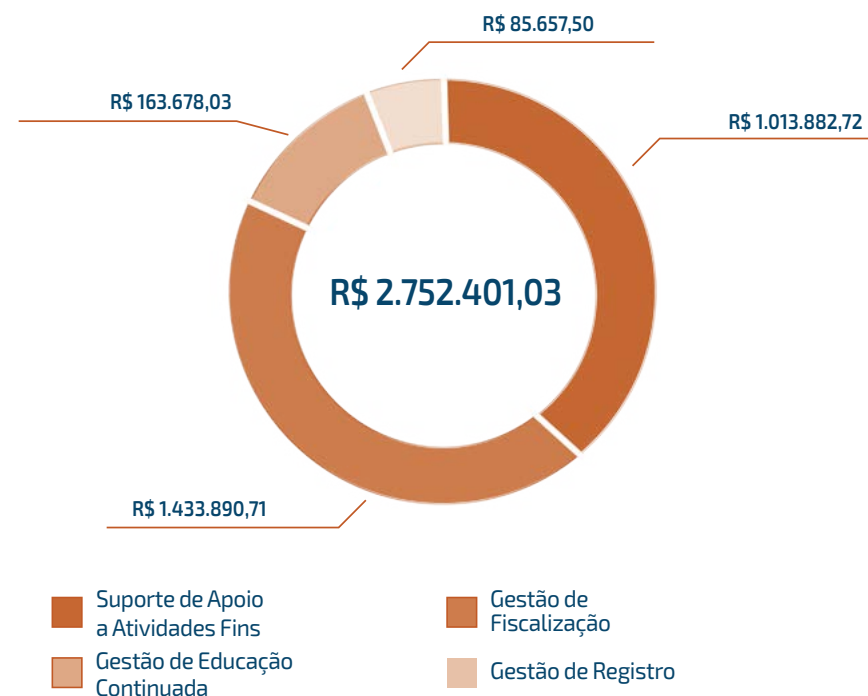
Para assegurar a conformidade da gestão de custos, o CRCSE está alinhado aos seguintes normativos:

- Art. 50, §3º da Lei Complementar N.º 101/2000;
- Resolução CRCSE N.º 509/2017, que aprova o Plano de Trabalho e o orçamento para o exercício financeiro de 2018;
- Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs, aprovado pela Resolução CFC N.º 1.161/2009.

Custos por área responsável



Custos por programa



Desafios e ações futuras

- Implementar a distribuição dos custos indiretos por centro de custos.

Sustentabilidade Ambiental

A implantação do Plano de Logística do CRCSE está sendo discutido pela gestão. Esta ferramenta possibilitará estabelecer práticas de sustentabilidade e de racionalização dos gastos institucionais e dos processos administrativos e deverá ser colocado em prática em 2020. O CRCSE já adota a política de reciclagem de papel que é destinado a uma ONG local.

O Plano de Ação a ser desenvolvido para compras e contratações sustentáveis visa:

Aprimorar os processos de compras e contratações, pautados por critérios de sustentabilidade, em conformidade com o disciplinado na Lei n.º 8.666/1993, no Decreto n.º 7.746/2012 e demais normativos vigentes.

Incluir critérios socioambientais nos editais de licitação para aquisição de bens permanentes e de consumo, contratação de serviços e de obras.

Capacitar empregados do CRCSE para que possam incluir com segurança critérios de sustentabilidade nos processos de compras, contratações e editais de licitação.

Ações para redução do consumo de recursos naturais

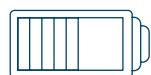
Gestão hídrica

A partir de 2018, o CRCSE adotou critérios de contenção no consumo e conscientização dos funcionários sobre a importância do uso racional da água. Dentre as ações, destacam-se:

- Reunião com os funcionários para discutir sobre a importância de diminuir consumo de água;
- Monitoramento contínuo das instalações hidráulicas para identificação e correção de vazamentos.

Evolução no consumo de recursos naturais:

Energia elétrica



2017	33.273 kwh
2018	35.035 kwh

Aumento de **5,30%** em decorrência da utilização de equipamentos para o processo de ampliação e reforma da sede do CRCSE.

Água e Esgoto



2017	275 m³
2018	392 m³

Aumento de **42,55%** em decorrência do processo de ampliação e reforma da sede do CRCSE.

Redução de resíduos poluentes

Descarte e Reciclagem

A política de descarte e reciclagem tem como objetivo promover ações e atividades que visem ao consumo e ao descarte consciente de seus materiais, por parte dos seus colaboradores. Por meio de ações contínuas de coleta seletiva de resíduos e de reciclagem nos diversos setores da instituição, mantém-se um ambiente racional e sustentável.





Demonstrações Contábeis

Declaração do Contador, Simone Alves de Souza Santana

O Setor Contábil está subordinado à Vice-Presidência Administrativa. Esse setor é responsável pela elaboração das Demonstrações Contábeis, assim como pela divulgação dos relatórios patrimoniais, pela elaboração da prestação de contas do CRCSE e pela apresentação de obrigações fiscais acessórias.

O escopo desta declaração leva em conta as demonstrações contábeis do Conselho Regional de Contabilidade de Sergipe.

As demonstrações contábeis do CRCSE foram elaboradas em observância a Lei n.º 4.320/1964, às Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica Aplicada ao Setor Público (NBC TSP 16); ao Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs aprovado pela Resolução CFC n.º 1.161/2009; ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e à INT/VPCI/ CFC n.º 020/2018 da Câmara de Controle Interno do CFC, conforme orientações da Instrução Normativa TCU n.º 63/10 de 01/09/2010, da DN-TCU nº 170/2018, de 19/09/2018 e da Portaria TCU 369, de 17/12/2018, além de outros normativos do Sistema CFC/CRCs.

As demonstrações apresentadas são:

- Balanço Patrimonial – evidencia os ativos e passivos do CRCSE;
- Balanço Orçamentário – traz a informação do orçamento aprovado em confronto com sua execução;
- Balanço Financeiro e a Demonstração do Fluxo de Caixa – visam demonstrar o fluxo financeiro no período, ou seja, as entradas de recursos em confronto com as saídas;
- Demonstração das Variações Patrimoniais –

neste demonstrativo é apurado o resultado patrimonial do período, no confronto entre as variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas);

- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) - tem a finalidade de divulgar as variações do patrimônio líquido, bem como, sua evolução no período.

Avanços

Com a emissão das normas, o CRCSE precisou reestruturar suas prioridades e estabelecer metas para implementação do novo modelo, mesmo diante de uma conjuntura repleta de desafios. Com essa missão em foco, o Sistema CFC/CRC apresentou avanços substanciais na qualidade das informações contábeis, dentre elas destacamos as seguintes pautas:

- Adoção do princípio da competência para receitas e despesas com reflexo nas Variações Patrimoniais;
- Registro da depreciação de itens do Ativo Imobilizado;
- Registro do Ativo Intangível e respectiva amortização de seus itens;
- Reconhecimento, mensuração e evidenciação das Variações Patrimoniais Ativas e Passivas decorrentes de créditos e ajuste para perdas;
- Registro contábil por meio de eventos;
- Controle orçamentário por meio de empenhos;
- Reconhecimento de passivos contingentes e demais obrigações, a exemplo de provisões trabalhistas e cíveis;
- Controle dos contratos nas contas de compensação, designados como atos potenciais ativos e passivos.



Este é um processo que visa assegurar a integridade, fidedignidade e a confiabilidade das informações apresentadas nas demonstrações, extraídas do Sistema Informatizado de Contabilidade e demais sistemas gerenciais, que são utilizados pelos Conselhos de Contabilidade, onde são registrados os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

Desafios

Primando pela aplicação das boas técnicas e na busca pela qualidade das nossas informações, temos ainda desafios a serem superados. A ausência de parametrização no sistema informatizado, em decorrência da complexidade, diversidade e amplitude de implantação de processos, provocou a elaboração de alguns relatórios em planilhas eletrônicas, a partir de dados extraídos do Sistema de Contabilidade, conforme destacamos a seguir:

- Demonstração do Fluxo de Caixa – O demonstrativo foi elaborado pelo método direto, com base em dados extraídos do balanço orçamentário e financeiro, segregando-se as atividades de operação, de investimentos e de financiamento.

- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Elaborada a partir de dados extraídos do Balanço Patrimonial e da Demonstração das Variações Patrimoniais.
- Gestão de Custos – Atualmente é adotado sistema informatizado para controle dos custos diretos por projeto/programa, no módulo Plano de Trabalho, cujas informações são geradas a partir dos registros contábeis. Com base nessas informações, o Conselho tem desenvolvido relatórios internos com o propósito de fomentar a gestão de custos e a avaliação da qualidade do gasto no exercício, sendo uma importante ferramenta de apoio à tomada de decisão dos gestores. Está em fase de estudo, a definição da metodologia para a alocação dos custos indiretos aos centros de custos.

Declaração

Considerando que os normativos trazem orientações quanto aos procedimentos para a elaboração e apresentação do Relatório de Gestão e do processo de Prestação de Contas, considerando ainda que a documentação apresentada para registro está alinhada aos procedimentos internos de controles, declaro que os demonstrativos contábeis (Balanços Patrimonial, Financeiro e Orçamentário, Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido) refletem os seus aspectos mais relevantes, quanto à situação orçamentária, financeira e patrimonial do Conselho Regional de Contabilidade de Sergipe

Simone Alves de Souza Santana
Contadora CRCSE 4736/O

BALANÇO PATRIMONIAL

em 31 de dezembro de 2018

(R\$)

ATIVO	NE	2018	2017	PASSIVO	NE	2018	2017
ATIVO CIRCULANTE		1.343.508,63	1.087.613,38	PASSIVO CIRCULANTE		282.282,64	263.041,52
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	01	707.619,93	550.614,07	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS	09	18.388,99	17.324,63
Caixa e Equivalentes de Caixa		707.619,93	550.614,07	Encargos Sociais a Pagar		18.388,99	17.324,63
CRÉDITOS DE CURTO PRAZO	02	632.943,16	526.538,59	OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	10	49.135,19	34.775,11
Créditos a Receber		632.943,16	526.538,59	Obrigações Fiscais de Curto Prazo		1.535,30	4.103,70
(-) Perda Estimada c/ Crédito de Liquidação Duvidosa	03	632.943,16	526.538,59	Depósitos Consignáveis		9.135,06	6.884,23
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES DE CURTO PRAZO	04	1.851,87	9.496,35	Fornecedores		38.464,83	23.787,18
Adiantamentos Concedidos a Pessoal e a Terceiros		1.826,11	120,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	11	9.383,84	4.706,72
Tributos e Contribuições a Recuperar		0,00	8.207,60	Transferências Legais		4.005,49	1.573,13
Créditos por Danos ao Patrimônio/Div. Responsáveis		25,76	0,00	Outras Obrigações		5.378,35	3.133,59
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	1.168,75	PROVISÕES DE CURTO PRAZO	12	205.153,69	205.032,44
VAR. DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	05	1.093,67	964,37	Provisões Trabalhistas		96.772,66	91.182,41
Var. Diminutivas pagas Antecipadamente		1.093,67	964,37	Provisões p/ riscos trabalhistas e cíveis		0,00	1.168,75
ATIVO NÃO-CIRCULANTE		2.292.612,43	1.526.241,96	Provisões de Cota Parte		108.381,03	112.681,28
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		32.672,61	36.867,81	VALORES DE TERCEIROS E/OU RESTITUÍVEIS	13	220,93	1.202,62
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	(02)	32.672,61	36.867,81	Cauções		0,00	0,00
(-) Perda Estimada c/ Crédito de Liquidação Duvidosa	(03)	1.600.958,06	1.192.059,08	Depósitos Judiciais		0,00	0,00
INVESTIMENTOS, IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	06	2.259.939,82	1.489.374,15	Honorários de Sucumbência		220,93	1.202,62
Imobilizado		2.247.155,49	1.473.264,52	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		0,00	0,00
(-) Depreciação Acumulada	07	316.726,69	286.304,08	TOTAL DO PASSIVO		282.282,64	263.041,52
Intangível	08	29.549,12	29.550,12	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14	3.353.838,42	2.350.813,82
(-) Amortização Acumulada		16.764,79	13.440,49	Patrimônio Social		3.353.838,42	2.350.813,82
TOTAL DO ATIVO		3.636.121,06	2.613.855,34	TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.636.121,06	2.613.855,34

DEMONSTRATIVO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

(Lei nº 4.320/64)

(R\$)

DESCRIÇÃO	NE	2018	2017	DESCRIÇÃO	NE	2018	2017
ATIVO	15	3.636.121,06	2.613.855,34	PASSIVO	15	282.282,64	263.041,52
Ativo Financeiro		710.565,47	561.074,79	Passivo Financeiro		173.901,61	149.191,49
Ativo Permanente		2.925.555,59	2.052.780,55	Passivo Permanente		108.381,03	113.850,03
SALDO PATRIMONIAL						3.353.838,42	2.350.813,82

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO

(Lei nº 4.320/64)

(R\$)

DESCRIÇÃO	NE	2018	2017	DESCRIÇÃO	NE	2018	2017
ATOS POTENCIAIS ATIVOS	16	55.634,20	42.954,71	ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	16	99.060,74	699.673,26
Outros Atos Potenciais Ativos		55.634,20	42.954,71	Outros Atos Potenciais Passivos		99.060,74	699.673,26

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

(R\$)

DESCRIÇÃO	NE	2018	2017	DESCRIÇÃO	NE	2018	2017
"VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS				"VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
Contribuições		1.904.303,50	1.989.058,30	Pessoal e encargos		974.074,74	968.623,19
Exploração de bens e serviços		128.449,51	154.677,17	Benefícios assistenciais		0,00	0,00
Financeiras		541.652,73	469.143,14	Uso de bens e serviços		576.944,30	737.811,69
Outras variações patrimoniais aumentativas		1.142.972,59	1.020.435,71	Financeiras		76.957,78	49.326,38
				Tributárias e contributivas		348.223,85	406.762,01
				Desvalorização e perda de ativos		1.714.921,64	1.403.513,92
				Outras variações patrimoniais diminutivas		66.137,40	67.903,20
TOTAL		4.768.491,91	3.986.253,00	TOTAL		3.757.259,71	3.633.940,39
RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO				17		1.011.232,20	352.312,61

(R\$)

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS			
DESCRIÇÃO	NE	2018	2017
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS		838.402,00	272.601,06
Investimentos		838.402,00	272.601,06

(R\$)

Resultado Patrimonial	2018	2017
Variações Patrimoniais Aumentativas	4.768.491,91	3.986.253,00
(-) Variações Patrimoniais Diminutivas	3.757.259,71	3.633.940,39
Superávit	1.011.232,20	352.312,61

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

em 31 de dezembro de 2018

(R\$)

Receita Orçamentária	NE	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receita Realizada	Saldo
RECEITAS CORRENTES		2.200.000,00	2.200.000,00	2.039.398,15	160.601,85
Contribuições		1.770.265,00	1.770.265,00	1.501.556,94	268.708,06
Exploração de bens e serviços		60.162,00	60.162,00	100.930,84	-40.768,84
Financeiras		215.767,00	215.767,00	155.845,20	59.921,80
Transferências		110.269,00	110.269,00	203.007,08	-92.738,08
Outras receitas correntes		43.537,00	43.537,00	78.058,09	-34.521,09
RECEITAS DE CAPITAL		0,00	821.978,54	848.106,50	-26.127,96
Transferências de capital		0,00	821.978,54	848.106,50	-26.127,96
SUBTOTAL					
TOTAL DAS RECEITAS		2.200.000,00	3.021.978,54	2.887.504,65	134.473,89
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - SUPERÁVIT FINANCEIRO			69.938,85		

Despesas Orçamentárias	NE	Dotação Inicial	Créditos Adicionais	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
DESPESAS CORRENTES		2.179.629,00	-101.654,00	2.077.975,00	1.913.999,03	1.913.999,03	1.856.807,68
Pessoal e encargos		1.030.766,94	-28.250,00	1.002.516,94	974.074,74	974.074,74	947.985,61
Uso de bens e serviços		695.541,06	-63.404,00	632.137,06	523.747,45	523.727,45	492.625,23
Financeiras		38.600,00	36.500,00	75.100,00	61.558,55	61.558,55	61.558,55
Tributárias e contributivas		410.851,00	-48.500,00	362.351,00	352.524,10	352.524,10	352.524,10
Outras despesas correntes		3.870,00	2.000,00	5.870,00	2.114,19	2.114,19	2.114,19
DESPESAS DE CAPITAL		20.371,00	993.571,39	1.013.942,39	838.402,00	838.402,00	838.402,00
Investimentos		20.371,00	993.571,39	1.013.942,39	838.402,00	838.402,00	838.402,00
SUBTOTAL		2.200.000,00	891.917,39	3.091.917,39	2.752.401,03	2.752.401,03	2.695.209,68
SUPERÁVIT	19	0	0	0	0	135.103,62	0
TOTAL DAS DESPESAS		2.200.000,00	891.917,39	3.091.917,39	2.752.401,03	2.752.401,03	2.695.209,68

BALANÇO FINANCEIRO
em 31 de dezembro de 2018

(R\$)

INGRESSOS	NE	2018	2017	DISPÊNDIOS	NE	2018	2017
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		2.887.504,65	2.393.206,28	DESPESA ORÇAMENTÁRIA		2.752.401,03	2.343.845,14
Receitas Correntes		2.039.398,15	2.163.147,52	Despesas Correntes		1.913.999,03	2.071.244,08
Receitas de Capital		848.106,50	230.058,76	Despesas de Capital		838.402,00	272.601,06
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	18	24.615,80	12.941,29	PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	18	2.713,56	2.115,90
Adiantamentos a Pessoal		0,00	2.384,47	Adiantamentos a Pessoal		1.706,11	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		1.168,75	1.145,59	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		25,76	0,00
Créditos e Valores a Receber		0,00	0,00	Créditos e Valores a Receber		0,00	0,00
Inscrição de Restos a Pagar		15.424,44	1.635,92	Depósitos Realizáveis a Longo Prazo		0,00	0,00
Cancelamento de Restos		0,00	14,00	Pagamento de Restos a Pagar		981,69	2.115,90
Provisões Trabalhistas		5.590,25	7.155,04				
Transferências Legais		2.432,36	606,27				
DISPONÍVEL DO EXERCÍCIO ANTERIOR		550.614,07	490.427,54	DISPONÍVEL PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE		707.619,93	550.614,07
TOTAL		3.462.734,52	2.896.575,11	TOTAL		3.462.734,52	2.896.575,11

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

(R\$)

Restos a Pagar Processados	NE	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo
		Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior			
DESPESAS CORRENTES + CAPITAL	20	36.573,51	70.187,76	52.013,39	0	54.747,88
DESPESAS CORRENTES		36.573,51	70.187,76	52.013,39	0	54.747,88
DESPESAS CAPITAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO

(R\$)

DESCRIÇÃO	NE	Patrimônio líquido	
		2018	2017
Saldo Inicial do Exercício		2.350.813,82	2.003.129,11
Ajustes de Exercício Anterior		-8.207,60	-4.627,90
Resultado do Exercício		1.011.232,20	352.312,61
Saldo Final do Exercício		3.353.838,42	2.350.813,82

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO DIRETO

(R\$)

DESCRIÇÃO	Exercício 2018"	Exercício 2017"
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS	2.887.504,65	2.393.206,28
RECEITAS	2.887.504,65	2.393.206,28
Receita de Contribuições	1.501.556,94	1.637.766,45
Exploração de Bens e Serviços	100.930,84	111.741,46
Receitas Financeiras	155.845,20	227.063,28
Transferências (Subvenções)	1.051.113,58	369.288,68
Outras Receitas	78.058,09	47.346,41
DESEMBOLSOS	1.892.096,79	2.060.418,69
DESPESAS	1.892.096,79	2.060.418,69
Pessoal, Encargos e Benefícios	969.126,24	958.650,38
Uso de Bens e Serviços	570.951,68	716.822,29
Despesas Financeiras	-	-
Despesas Tributárias e Contributivas	350.091,74	380.468,24
Transferências (Subvenções + Auxílios)	-	-
Outros Despesas	1.927,13	4.477,78
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	995.407,86	332.787,59
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Amortização de Empréstimos Concedidos	-	-
DESEMBOLSOS	838.402,00	272.601,06
Aquisição de Ativo Não Circulante	838.402,00	272.601,06
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(838.402,00)	(272.601,06)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	157.005,86	60.186,53
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	550.614,07	490.427,54
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	707.619,93	550.614,07

NOTAS EXPLICATIVAS

CONTEXTO OPERACIONAL

O Conselho Regional de Contabilidade de Sergipe (CRCSE), localizado na Av. Mário Jorge Menezes Vieira, 3.140, Aracaju/SE, foi criado conforme Decreto-Lei nº 9.295 de 1946, publicado no Diário Oficial da União de 28/5/1946, alterado pela Lei nº 12.249/10, e tem como principais atividades o registro e a fiscalização do exercício profissional a promoção da educação continuada. É uma entidade dotada de personalidade jurídica e funciona como Autarquia Federal Especial, que presta serviço público e tem sua estrutura, organização e funcionamento estabelecidos pela Resolução CFC nº 1.370/2011, que trata do Regulamento Geral dos Conselhos. O CRCSE tem sua constituição, sede e foro regulamentados no seu Regimento Interno aprovado pela Resolução CRC nº 476/2014.

As Demonstrações Contábeis são de responsabilidade de sua Administração e foram elaboradas em conformidade com a Lei N.º 4.320/64, em observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP); a Resolução CFC N.º 1.161/09, que aprovou o Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs e a Instrução de Trabalho da Câmara de Controle Interno do CFC – INT/VPCI N.º 20/2018.

BASE DA PREPARAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações que compõem a Prestação de Contas da Gestão, exercício de 2018, são:

- Balanço Patrimonial (BP);
- Demonstração das Variações Patrimoniais

- (DVP);
- Balanço Financeiro (BF);
- Balanço Orçamentário (BO);
- Demonstrativo de Execução de Restos a Pagar Processados (RPP);
- Demonstrativo do Fluxo de Caixa (DFC);

Notas Explicativas.

As notas explicativas fazem parte das demonstrações contábeis e tem por função evidenciar os critérios utilizados na elaboração dos demonstrativos, especialmente quanto às informações de natureza patrimonial, orçamentária, financeira e de desempenho, bem como, apresentar informações relevantes que são complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas nos demonstrativos contábeis.

PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS

A adoção dos procedimentos contábeis alinhados às NBC TSP iniciou no exercício de 2010, com base no Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs, aprovado por meio da Resolução CFC n.º 1.161/09, destacando-se dentre outras mudanças, a adoção do regime de competência, a avaliação e reavaliação dos bens móveis, imóveis e intangíveis, implementação do processo de depreciação e amortização, e ainda o reconhecimento das alterações positivas e negativas do patrimônio.

No exercício de 2018 foi instituída comissão para revisão do Manual de Contabilidade com o objetivo de dar continuidade à revisão do Ma-

nual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs, para atender às alterações ocorridas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, a convergência das NBCs TSP aos padrões internacionais, e o imprescindível ajuste dos conceitos, estrutura e função/funcionamento do plano de contas.

USO DE ESTIMATIVA E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras, o CRC fez uso de estimativas que afetam diretamente o valor de avaliação dos ativos e passivos constantes nas demonstrações. As principais estimativas e premissas estão a seguir relacionadas:

a) Perdas Estimadas de Créditos – A provisão para perda de créditos foi instituída por meio da Instrução de Trabalho VPCI n.º 085/2012, a qual disponibiliza orientações para a adoção dos procedimentos contábeis relativos ao reconhecimento da perda estimada dos créditos de liquidação duvidosa e provisão da cota parte, com base na perda esperada, cujo detalhamento está mencionado na Nota n.º 3.

b) Ativo Imobilizado – os bens classificados no imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado inicialmente com base no valor de aquisição e, em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito (se for o caso), o valor é o resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou o valor patrimonial definido nos termos da doação.

No exercício de 2018 não ocorreram reavaliações. No entanto, no exercício de 2012, os itens do patrimônio foram submetidos ao

procedimento de avaliação, reconhecendo o valor depreciável e o valor residual dos ativos imobilizados, conforme laudo de avaliação da empresa contratada para tal fim, observadas as orientações contidas na Instrução de Trabalho do CFC INT/VPCI N.º 004/2012, e de acordo com a NBC T 16.9, aprovada pela Resolução CFC n.º 1.136/08.

c) As provisões para riscos cíveis e trabalhistas são reconhecidas de acordo com a análise jurídica de cada ação e poderão ser classificadas como passivo contingente, como passivo exigível ou, ainda, como item de divulgação em nota explicativa.

MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais.

PRINCIPAIS DEMONSTRATIVOS E PRÁTICAS CONTÁBEIS

A estrutura e a composição das demonstrações contábeis do CRCSE estão alinhadas aos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público Brasileiro e são compostas do Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Financeiro, Balanço Orçamentário e Demonstrativo de Execução de Restos a Pagar Processados.

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações contábeis estão definidas e demonstradas a seguir:

BALANÇO PATRIMONIAL (BP)

O BP evidencia a situação patrimonial do Conselho em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 e demonstra a posição estática dos ativos e passivos no final do exercício, possibilitando ao usuário da informação conhecer, qualitativa e quantitativamente, a composição dos bens e direitos (ativos), das obrigações (passivos) e dos resultados acumulados da gestão patrimonial ao longo de vários exercícios (patrimônio líquido), assim demonstrados:

Nota Explicativa 1

Caixa e Equivalentes de Caixa

Os recursos disponíveis em caixa e equivalentes de caixa, são administrados pelo Conselho Regional de Contabilidade de Sergipe, em consonância ao que dispõe o § 3º do art. 164 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

- “§ 3º - As disponibilidades de caixa da União serão depositadas no Banco Central; as dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos órgãos ou entidades do Poder Público e das empresas por ele controladas, em instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos previstos em lei.” (Constituição da República Federativa do Brasil de 1.988, Art. 164, § 3º).

R\$		
TÍTULOS	2018	2017
Caixa e Equivalente de Caixa	707.619,93	550.614,07
Bancos Conta Movimento	28.616,25	19.496,07
Bancos Aplicação Financeira	678.016,68	530.160,00
Disponível p/ Aplic.Vinculada - Eventos	987,00	958,00

Os recursos não utilizados na operacionalização das atividades foram aplicados por intermédio de instituição financeira oficial (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal), em títulos lastreados do Tesouro Nacional e em caderneta de poupança, na forma do § 3º do art. 164 da Constituição Federal. As receitas resultantes das aplicações desses recursos foram reconhecidas nas respectivas contas de resultado.

Nota Explicativa 2

Créditos a Receber de Curto Prazo e Longo Prazo

Os créditos a receber são valores previstos em função do regulamentado no Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de Maio de 1946:

Art. 11. – A renda dos Conselhos Regionais será constituída do seguinte:

- a) 4/5 da taxa de expedição das carteiras profissionais estabelecidas no art. 17 e seu parágrafo único;

- b) 4/5 das multas aplicadas conforme alínea “b,” do artigo anterior,
- c) 4/5 da arrecadação da anuidade prevista no art. 21 e seus parágrafos.
- d) doações e legados;
- e) subvenções dos Governos.”

Os direitos e os títulos de créditos são mensurados ou avaliados pelo valor original na data do Balanço Patrimonial.

Os riscos de não recebimento de créditos são reconhecidos em conta de ajuste, a qual será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que a originaram. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

Os créditos foram contabilizados pelo regime de competência, no curto e/ou longo prazo, como créditos a receber e o seu reflexo foi evidenciado nas variações aumentativas, sendo apresentando em 31/12/2018, um montante de:

R\$		
TÍTULOS	2018	2017
Ativo Circulante		
Créditos a Receber de Curto Prazo	632.943,16	526.539,59
Créditos do exercício	532.139,63	497.178,56
Créditos de exercícios anteriores	923.558,89	748.344,96
Parcelamento débitos	310.697,70	452.988,05
(-) Perda Estimada de Créditos	-1.133.453,06	-1.171.972,98

R\$		
TÍTULOS	2018	2017
Ativo não Circulante		
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	32.672,61	36.867,81
Parcelamento débitos	174.747,24	270.429,99
Créditos de exercícios anteriores não executados	1.140.999,65	726.052,67
Dívida Ativa Executada	317.883,78	232.444,23
(-) Perda Estimada de Créditos	-1.600.958,06	-1.192.059,08

Nota Explicativa 3

Ajuste para Perda Estimada de Créditos

A metodologia de cálculo para o ajuste das perdas estimadas de créditos tem por base uma média percentual dos recebimentos dos três últimos exercícios, do qual se inferirá o percentual de inadimplência a ser aplicado sobre o saldo final dos créditos a receber, de acordo com o Pronunciamento VPCI/CFC n° 85/2012.

Aplicando-se o percentual de inadimplência sobre o total dos créditos a receber de curto prazo e longo prazo, obteve-se a provisão de perda estimada conforme segue:

DESCRIÇÃO	2018	2017
	Ativo Circulante	Ativo Circulante
Saldo Créditos de Curto Prazo	1.766.396,22	1.698.511,57
Percentual de Inadimplência	69%	69%
Cálculo de ajuste de perdas	-1.133.453,06	-1.171.972,98
Créditos líquidos a receber	632.943,16	526.538,59

DESCRIÇÃO	2018	2017
	Ativo não Circulante	Ativo não Circulante
Saldo Créditos Realizáveis a Longo Prazo	1.633.630,67	1.228.926,89
Percentual de Inadimplência	98%	97%
Cálculo de ajuste de perdas	-1.600.958,06	-1.192.059,08
Créditos líquidos a receber	32.672,61	36.867,81

Nota Explicativa 4

Demais Créditos e Valores de Curto Prazo

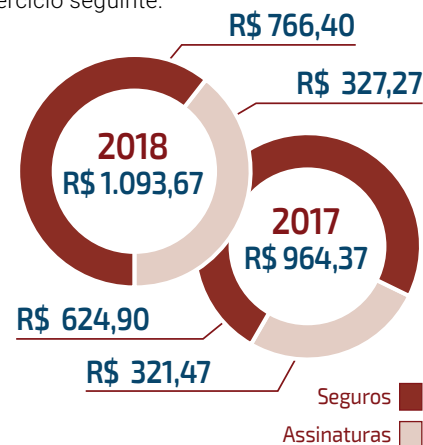
Correspondem a valores a receber relativos a adiantamentos a pessoa e créditos por danos ao patrimônio.

DESCRIÇÃO	2018	2017
Adiantamentos Concedidos a Pessoal e a Terceiros	1.826,11	120,00
Tributos e Contribuições a Recuperar	-	8.207,60
Créditos por Danos ao Patrimônio	25,76	-
Débitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	1.168,75
Total	1.851,87	9.496,35

Nota explicativa 5

Variações Patrimoniais Diminutivas pagas Antecipadamente

Compreende direito correspondente a pagamento de despesas cujos benefícios ou prestações de serviços ocorrerão até o término do exercício seguinte.



No exercício de 2018, o CRC Contratou apólices de Seguros com a empresa Porto Seguro CIA de Seguros Gerais, para seguro anual do prédio e seguro total para os veículos, no valor de R\$ 2.944,57, sendo R\$ 826,93 com cobertura de seguro contra incêndios para os seus bens e, R\$ 2.117,64 para os dois veículos desse Regional.

Nota Explicativa 6

Investimentos, Imobilizado e Intangível.

Os bens que integram o imobilizado e intangível estão assim distribuídos:

a. Imobilizado

- Bens Móveis
- Bens Imóveis
- Depreciação Acumulada de Bens Móveis
- Depreciação Acumulada de Bens Imóveis

b. Intangível

- Softwares

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição e, em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou o valor patrimonial definido nos termos da documentação de aquisição e, em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou o valor patrimonial definido nos termos da doação.

A depreciação dos bens móveis e imóveis foi iniciada no exercício de 2011, e a determinação da vida útil e do valor residual de bens novos é realizada de acordo com a tabela apresentada no item de depreciação.

Os saldos das contas do Imobilizado, em 31/12/2018, são:

					R\$	
Descrição	Aquisição		Baixas		Saldo em 31/12/2018	Depreciação acumulada
	Compras	Incorporação	Alienação (Vendas)	Desincorporações		
Móveis e Utensílios	115.333,50	-	-	464,00	114.869,50	74.235,99
Máquinas e Equipamentos	56.809,70	37.626,00	-	14.902,62	79.533,08	21.446,92
Instalações	721,00	38.255,74	-	1,00	38.975,74	410,40
Utensílios de Copa e Cozinha	1.316,00	265,00	-	-	1.581,00	1.087,48
Veículos	79.800,00	-	-	-	79.800,00	28.728,00
Equipamentos de Proces. Dados	67.618,64	17.380,00	-	18.720,80	66.277,84	32.030,60
Biblioteca	562,70	-	-	-	562,70	316,50
Museu e Obras de Arte	465,00	-	-	-	465,00	243,60
Sede	630.100,00	1.006.717,32			1.636.817,32	58.227,20
Terrenos	545.000,00	-	-	-	545.000,00	-

Entre as aquisições mais relevantes no ano, destaca-se, o serviço de construção do auditório e reforma da sede para modernização das instalações, no valor de R\$ 796.181,63 que foi recebido um auxílio financeiro por parte do CFC, conforme Deliberação de nº 062/2018.

No mês de dezembro de 2018 o CRC realizou baixas de bens do imobilizado. As baixas ocorreram pois, os bens encontravam-se em situação inservíveis, conforme relatório apresentado pela comissão para o levantamento dos bens móveis, criada através da Portaria de nº 054/2018.

Nota Explicativa 7

Depreciação

A depreciação e a amortização de bens novos adquiridos e postos em operação utilizam o método das cotas constantes, com critérios definidos na INT VPCI n.º 004/2012 do CFC.

A base de cálculo é o custo do ativo imobilizado e intangível, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. Como regra geral, a depreciação e a amortização são iniciadas a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Apresenta-se a tabela de referência para determinação de vida útil e do valor residual dos bens:

Título	R\$	
	Vida Útil (Anos)	Valor Residual
	Sede (Edifícios)	%
Subsedes/Salas/Garagens	25	10%
Móveis e Utensílios de Escritório	10	10%
Máquinas e Equipamentos	10	10%
Instalações	10	10%
Instalações	10	10%
Veículos (uso administrativo)	10	10%
Equipamentos Processamento de Dados	5	10%
Sistemas de Processamento de Dados – Softwares (amortização)	5	10%

Observa-se que a tabela apresentada é uma referência e que pode sofrer alterações, se for possível definir, por meio de laudo e/ou procedimento técnico, que a utilização dos bens terá vida útil inferior ou superior ao determinado. A mesma inferência ocorre sobre o valor residual.

Nota Explicativa 8

Intangível

O ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública, ou exercidos com essa finalidade, e é mensurado ou avaliado, inicialmente, com base no valor de aquisição ou de produção.

As baixas de valores no Ativo Intangível no exercício de 2018 referem-se à softwares totalmente amortizados pelo término da licença de uso.

Abaixo, apresentam-se sinteticamente os saldos bens intangíveis:

Descrição	Saldo em 31/12/2017	Aquisição				Baixas	Saldo em 31/12/2018	Depreciação acumulada	Amortização acumulada
		compras	Incorporação	Alienação (Vendas)	Desincorporações				
Softwares	29.550,12	-	-	-	1,00		29.549,12	-	16.764,79

Nota Explicativa 9

Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias

As obrigações com pessoal e terceiros são mensuradas ou avaliadas pelo valor original. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

Corresponde as provisões de Pessoal a Pagar e Encargos Sociais a Pagar, os quais são demonstrados por meio de valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

As obrigações com pessoal e obrigações trabalhistas são reconhecidas pelo valor original.



Fonte: Balanço Patrimonial de 2018

Nota Explicativa 10

Obrigações de Curto Prazo

A composição das obrigações legais de curto prazo são os ISS (impostos sobre serviço), as retenções e o INSS realizadas em dezembro de 2018 que serão recolhidas em janeiro de 2019.

No saldo relativo aos depósitos consignáveis compreende o fluxo de entradas e saídas de recursos, mas que não sejam da propriedade do Conselho e que tenham caráter devolutivo. A avaliação é efetuada pelo valor original das transações e consta o registro dos montantes relativos à retenção calculada sobre o pagamento de salários, 1/3 de férias, 13º (décimo terceiro) salários, dentre outros.

As apropriações estão de acordo com a legislação vigente e alinhado a Instrução de Trabalho nº 20/2018 do CFC.

As obrigações com Fornecedores, decorrentes da entrega de bens ou serviços, são classificadas como passivos circulantes quando o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Os valores decorrentes de empenhos liquidados e não pagos no exercício são evidenciados no Demonstrativo dos Restos a Pagar.

As apropriações estão de acordo com a legislação vigente e alinhadas à Instrução de Trabalho VPCI/CFC nº 20/2018.

DESCRIÇÃO	2018	2017
Obrigações fiscais de curto prazo	1.535,30	4.103,70
Depósitos Consignáveis	9.135,06	6.884,23
Fornecedores	38.464,83	23.787,18
Total	49.135,19	34.775,11

Nota Explicativa 11

Demais Obrigações de Curto Prazo

Corresponde às obrigações contidas nos grupos de Transferências Legais (cota parte ao CFC) e demais obrigações (créditos não identificados em processo de identificação), as quais são demonstradas por meio de valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. O detalhamento encontra-se a seguir:

Descrição	2018	2017
Transferências Legais	4.005,49	1.573,15
Outras Obrigações	5.378,35	3.133,59
Total	9.383,84	4.706,74

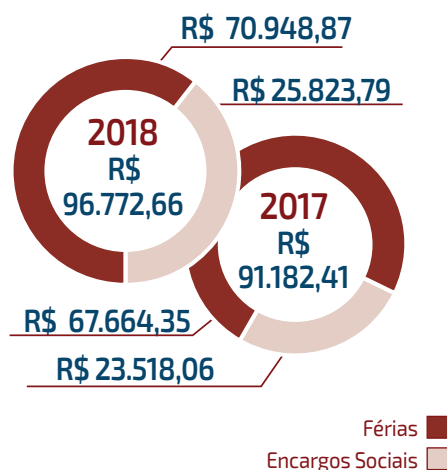
Nota explicativa 12

Provisões de Curto Prazo

No passivo circulante, são evidenciadas também as provisões para 13º, férias e encargos, bem como as provisões de repasse da cota parte.

Provisões Trabalhistas

As provisões trabalhistas (13º, férias e encargos) são constituídas mensalmente, em atendimento ao regime de competência, com base nos períodos aquisitivos de cada funcionário acrescidas dos respectivos encargos, conforme relatório expedido pelo sistema de folha de pagamento, mensal:



Não ocorreram alterações significativas nos saldos da provisão de férias, pois não aconteceram modificações expressivas no número de colaboradores, devido às contratações e às demissões e não foi concedido reajuste salarial.

Os saldos referentes às provisões para décimo terceiro salário e seus encargos patronais foram baixados por ocasião do pagamento da segunda parcela, ocorrido no dia 14/12/2018.

Provisão para Riscos Trabalhistas e Cíveis

Esta provisão tem por finalidade dar cobertura as perdas ou despesas, cujo fato gerador já ocorreu, mas não tendo havido ainda, o correspondente desembolso ou perda.

As provisões para riscos cíveis foram constituídas com base no Relatório de Passivos Contingentes da Assessoria Jurídica do CRC. O Conselho possui processo avaliado como de risco remota que não são reconhecidos contabilmente, conforme estabelecido pela NBC.

Ressalta-se que o processo cuja avaliação do grau de perda foi classificada como "remota" não é reconhecido contabilmente, mas, a título de informação demonstra-se no quadro abaixo:

Tipo da Ação	Nº. Processo	Situação	Classificação
Ação Ordinária com pedido de antecipação dos efeitos da tutela	0801055-94.2014.4.05.8500	O profissional está solicitando a inscrição no CNAI mesmo sem atingir a pontuação. O pleito foi deferido em sede de juízo a quo. O processo encontra-se em fase de recurso no TRF. O CRCSE ganhou em segundo grau. O Profissional ajuizou Recurso Especial – STJ e Recurso Extraordinário – STF. Já houve decisão do STJ e STF dando a causa ao CRCSE. Estamos aguardando o trânsito em julgado no STF.	Remota

Provisão da Cota Parte

A cota parte refere-se a 20% da receita bruta do Conselho Regional de Sergipe que deverá ser repassada ao Conselho Federal de Contabilidade, excetuando doações, subvenções, receitas patrimoniais, indenizações, restituições e outros, de acordo com o Decreto-Lei nº 9.295/1946.

O cálculo considera como base, os créditos a receber após o ajuste das perdas (PDD).

Provisão cota parte		
2018	CRÉDITOS LÍQUIDOS	CÁLCULO PROVISÃO DE COTA
Créditos a Receber - CP	R\$ 509.232,53	101.846,51
Créditos a Receber - LP	R\$ 32.672,61	6.534,52
TOTAL DA CARTEIRA:	541.905,15	108.381,03

Na provisão da Cota parte foi apresentado uma complementação no valor de R\$ 9.677,69 (nove mil seiscentos e setenta e sete reais e sessenta e nove centavos), proveniente da obrigação que a entidade tem com o Conselho Federal de Contabilidade. O cálculo é baseado nos créditos líquidos que o Regional tem a receber encontrado no ajuste de perdas.

Nota Explicativa 13

Valores de Terceiros e/ou Restituíveis

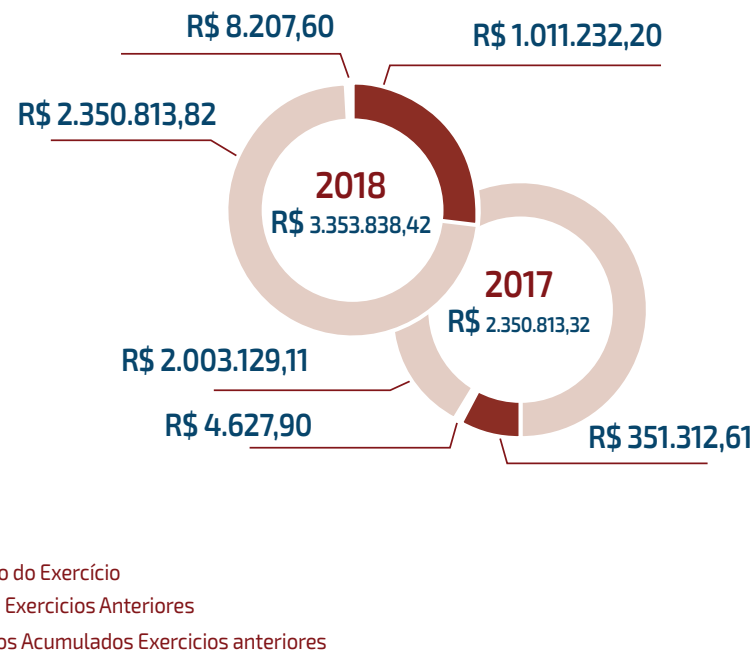
Os saldos referentes a esses valores são compostos por Depósitos Judiciais decorrente de sentenças e Honorários de Sucumbência, no valor de R\$ 220,93 que será repassado a responsável no mês de janeiro de 2019.

Nota Explicativa 14

Patrimônio Social

O patrimônio social demonstrado no BP é composto dos saldos de resultados positivos (ou negativos) apurados em exercícios anteriores, superávit patrimonial do exercício e ajustes de exercícios anteriores.

São considerados como Ajustes de Exercícios Anteriores o reconhecimento de ajustes decorrentes de omissões e erros de registros ocorridos em anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis. Desta forma, no balanço encerrado em 31/12/2018 foram evidenciados os valores que pertenceram a exercícios anteriores, no montante de R\$ 8.207,60 (oito mil duzentos e sete reais e sessenta centavos), referente ao ajuste quando do recebimento definitivo do precatório do INSS em 2015, que por falta de documentação comprobatória não foi dado baixa no Ativo.



Nota Explicativa 15

Resultado Financeiro

O Resultado financeiro é representado pela diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, apurado em conformidade com a Lei nº 4.320/64, alinhado as orientações do Controle Interno do CFC e do CRC. No exercício foi apurado um superávit financeiro no valor de R\$ 536.663,86, decorrente da política de contenção de gastos aplicado pela gestão, apesar da diminuição da arrecadação.

Resultado Financeiro	2018	2017
Ativo Financeiro	710.565,47	561.074,79
(-) Passivo Financeiro	173.901,61	149.191,49
Superávit	536.663,86	411.883,30

Metodologia de cálculo

Ativo Financeiro	2018	2017
Ativo circulante	1.343.508,63	1.087.613,38
(-) créditos de curto prazo	632.943,16	526.538,59
(-) estoques	-	-
(=) Valor do Ativo Financeiro	710.565,47	561.074,79

Passivo Financeiro	2018	2017
Passivo circulante	282.282,64	263.041,52
(-) Provisão Cota Parte	108.381,03	112.681,28
(-) Provisão p riscos trabalhistas e cíveis	-	1.168,75
(=) Valor do Passivo Financeiro	173.901,61	149.191,49
Superávit Financeiro	536.663,86	411.883,30

Fonte: Balanço Patrimonial 2018

CONTAS DE COMPENSAÇÃO

Nota Explicativa 16

Atos Potenciais Ativos e Passivos

O CRCSE mantém registrados em seu balanço, os contratos, convênios e acordos em atos potenciais, resguardando os direitos e deveres estabelecidos nesses documentos, bem como o registro prévio de futuros reflexos patrimoniais.

Nesse grupo estão evidenciados a apólice que trata da caução pela Empresa Terra Empreendimentos – responsável pela construção do auditório e reforma da sede- e contratos administrativos para a manutenção e assessoramento do Regional como é o caso da Multserv, SPW e outros.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP)

A DVP evidencia as alterações ocorridas no patrimônio do Conselho durante o exercício financeiro. Essa demonstração apura o resultado patrimonial, que pode ser positivo ou negativo, dependendo

do resultado líquido entre as variações aumentativas e diminutivas. O valor apurado compõe o patrimônio líquido demonstrado no BP.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS						
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	NE	2018	2017	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2018	2017
Contribuições		1.904.303,50	1.989.058,30	Pessoal e encargos	974.074,74	968.623,19
Exploração de bens e serviços		128.449,51	154.677,17	Benefícios assistenciais	0,00	0,00
financeiras		541.652,73	469.143,14	Uso de bens e serviços	576.944,30	737.811,69
Outras variações patrimoniais aumentativas		1.142.972,59	1.020.435,71	Financeiras	76.957,78	49.326,38
				Tributárias e contributivas	348.223,85	406.762,01
				Desvalorização e perda de ativos	1.714.921,64	1.403.513,92
				Outras variações patrimoniais diminutiva	66.137,40	67.903,20
TOTAL		4.768.491,91	3.986.253,00	TOTAL	3.757.259,71	3.633.940,39
RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO				17	1.011.232,20	352.312,61

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS			
DESCRIÇÃO	NE	2018	2017
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS		838.402,00	272.601,06
Investimentos		838.402,00	272.601,06

Nota Explicativa 17

Resultado Patrimonial

O resultado patrimonial representa o superávit apurado com base no regime de competência da Variação Patrimonial Diminutiva e da Variação Patrimonial Aumentativa, escrituradas no subsistema patrimonial.

O Superávit Patrimonial decorreu principalmente do Auxílio, no valor de R\$ 848.106,50, repassado pelo CFC, conforme Deliberação de nº 062/2018, para a construção do auditório e reforma da sede.

Resultado Patrimonial	2018	2017
Variações Patrimoniais Aumentativas	4.768.491,91	3.986.253,00
(-) Variações Patrimoniais Diminutivas	3.757.259,71	3.633.940,39
Superávit	1.011.232,20	352.312,61
Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes	2018	2017
Ativo Financeiro	710.565,47	561.074,79
Ativo Não-circulante	2.292.612,43	1.526.241,96
ATIVO (I)	3.003.177,90	2.087.316,75
Passivo Financeiro	173.901,61	149.191,49
Passivo Não-Circulante	-	-
PASSIVO (II)	173.901,61	149.191,49
Saldo patrimonial acumulado (I-II)	2.829.276,29	1.938.125,26

BALANÇO FINANCEIRO - BF

O BF apresenta os ingressos e os dispêndios, evidenciando a receita e a despesa orçamentárias, os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos financeiros advindos do exercício anterior. Dessa movimentação financeira, resulta um saldo financeiro, que é transferido para o exercício seguinte.

Os ingressos está apresentando uma diferença de R\$ 8.207,60, que refere-se ao ajuste efetuado no mês de julho/2018 proveniente da baixa do valor provisionado no ativo decorrente do precatório com o INSS e que devido a falta de documentação hábil e mudança no plano de contas dos Regionais não houve o reconhecimento da baixa no Ativo. Infelizmente o Sistema utilizado pelo CRC ainda não consegue fazer a vinculação dos valores lançados em ajuste, ou seja, não está integrado aos demais sistemas e por esse motivo apresenta essa diferença que está lançada na conta de Ajustes de Exercícios Anteriores.

Nota Explicativa 18

Ingressos e Dispendios extra orçamentários

Nos saldos dos ingressos e dispêndios extra orçamentários estão evidenciados, especialmente, a movimentação dos depósitos restituíveis e valores vinculados a processos judiciais, aos valores inscritos em restos a pagar e os pagos de exercícios anteriores, bem como o cancelamento de restos a pagar, decorrentes de erros, dentre outros.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (BO)

O BO demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas e reflete as mudanças do orçamento anual devido à elaboração de créditos adicionais. A diferença entre o total de receitas arrecadadas e o de despesas empenhadas gera o resultado orçamentário, o qual pode ser positivo — superávit orçamentário — ou negativo — déficit orçamentário. O resultado orçamentário evidencia a sobra ou a falta dos recursos arrecadados para cobertura das despesas empenhadas.

O orçamento do CRC para o exercício de 2018 foi aprovado por meio da Resolução nº 509/2017, publicada no Diário Oficial do Estado de 01 de novembro de 2017 no valor de R\$ 2.200.000,00 e alterações de acordo com os créditos adicionais aprovados. Durante o exercício utilizamos R\$ 796.181,63 proveniente de excesso de arrecadação, cuja fonte foi o apoio financeiro concedido pelo CFC e R\$ 95.735,76 por anulações do vigente orçamento, totalizando R\$ 891.917,39.

Nota Explicativa 19

Resultado Orçamentário

No Balanço Orçamentário estão contabilizados os valores das receitas arrecadadas e as despesas empenhadas e sendo o resultado orçamentário apurado pela diferença entre as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas e liquidadas no exercício.

DESCRIÇÃO	2018	2017
Resultado Orçamentário	135.103,62	49.361,14
Receitas Arrecadadas	2.887.504,65	2.393.206,28
Despesas Empenhadas	2.752.401,03	2.343.845,14
Resultados Acum. Exerc. Anteriores	2.350.813,82	2.003.129,11

Fonte: Balanço Orçamentário de 2018.

O resultado orçamentário foi extraído com base no subsistema orçamentário e apresentou um superávit orçamentário de R\$ 135.103,62

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS (RPP)

São despesas empenhadas, liquidadas e não pagas até o dia 31 de dezembro, pois se referem a encargos incorridos no próprio exercício, conforme dispõe o art. 36 da Lei nº 4.320/64.

Destacamos que o Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs, aprovado pela Res. CFC nº 1.161/09, não previu em seu plano de contas os restos a pagar não processados cuja metodologia atualizada está em análise pela Comissão de Revisão do Manual, de acordo com o Conselho Federal de Contabilidade.

Nota Explicativa 20 Restos a pagar

Em 31 de dezembro totalizou o valor de R\$ 54.747,88 (cinquenta e quatro mil setecentos e quarenta e sete reais e oitenta e oito centavos), corresponde a despesas empenhadas e liquidadas, mas que não foram pagas até o final do exercício.

Restos a Pagar Processados	NE	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo
		Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior			
DESPESAS CORRENTES + CAPITAL	20	36.573,51	70.187,76	52.013,39	0	54.747,88
DESPESAS CORRENTES		36.573,51	70.187,76	52.013,39	0	54.747,88
DESPESAS CAPITAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

R\$

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC)

A Demonstração dos Fluxos de Caixa fornece informações acerca das alterações no caixa e equivalentes de caixa da entidade em um determinado período contábil, evidenciando separadamente as mudanças nas atividades operacionais, nas atividades de investimento e nas atividades de financiamento.

As informações são úteis para proporcionar aos usuários das demonstrações contábeis uma base para avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como, as necessidades da entidade de utilização desses fluxos de caixa.

Aracaju, 31 de dezembro de 2018.

Vanderson da Silva Mélo
Presidente CRCSE

Simone Alves de Souza Santana
Contadora CRCSE nº 4736/O



Outras Informações Relevantes

Outras Informações Relevantes

O Conselho Regional de Contabilidade de Sergipe publica pela primeira vez o Relatório Integrado com base no modelo IIRC12, do Conselho Internacional para o Relato Integrado, na Instrução Normativa TCU n.º 170/2018, de 19 de setembro de 2018 e na Portaria TCU n.º 369/2018 de 17 de dezembro de 2018. Os elementos de conteúdo estão alinhados com a

estrutura conceitual e foram distribuídos de forma a deixar o relatório conciso e objetivo. Foram selecionadas informações constantes no Relatório de Auditoria, do Sistema de Indicadores (SGI), das demonstrações contábeis, das notas explicativas, do Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRCs.

Reestruturações das Comissões do CRCSE

Comissão da Mulher Contabilista do Estado de Sergipe

- O CRCSE reformulou a Portaria que cria a Comissão da Mulher Contabilista do Estado de Sergipe, oficializando a participação de seus membros bem como segregando as funções de Coordenadora e Secretária.

Comissão de Jovens Lideranças Contábeis do Estado de Sergipe

- A Comissão de Jovens Lideranças Contábeis tem realizado um excelente trabalho de acolhimento aos participantes do Exame de Suficiência no Estado de Sergipe.

Comissão de Estudo Contábil, Tributário e Fiscal.

- Esta Comissão tem como objetivo estudar, analisar, realizar pesquisas e disseminar entre os profissionais da área contábil no âmbito do Estado de Sergipe, as normas técnicas editadas pelo CFC, além das normas tributárias e fiscais que são inerentes à atividade do profissional da contabilidade.

Ações do PVCC em Sergipe – Palestras realizadas

Estas palestras fazem parte da programação de ações realizadas pelo PVCC em Sergipe e têm sido realizadas com frequência em Instituições e órgãos públicos, sendo as mesmas direcionadas para os servidores que estão em processo de aposentadoria e vem repercutindo positivamente entre os participantes. Exemplo significativo também se deu na palestra sobre Educação Financeira apresentada aos pais que frequentam a casa Maternal Amélia Leite, nesta Capital. Outra ação relevante foi a Campanha de destinação de parte do Imposto de Renda para o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente realizada em conjunto com a Prefeitura Municipal de Aracaju e Receita Federal do Brasil em Sergipe.

Criação das Representações

A criação das nove representações do CRCSE nas regiões do Estado foi bastante relevante para a interiorização dos serviços prestados pelo Conselho aos profissionais da área contábil. Além do que, esses representantes servem de elo entre os profissionais do interior do Estado e o CRCSE tornando-se um elo na troca de informações mais rápida e confiável.

Visitas Escolares

O programa Visitas Escolares tem por objetivo aproximar os futuros profissionais da área contábil ao CRCSE, auxiliando também a expandir os limites da aprendizagem para além das salas de aula. O programa abre as portas do CRCSE para alunos de cursos de Ciências Contábeis, realizarem um passeio pelas instalações do prédio, com o acompanhamento de professores responsáveis pela visita.

Durante o ano de 2018, o CRCSE recebeu duas turmas de estudantes de Instituição de Educação Superior (IES) em sua sede, para conhecer de perto como funciona o Regional e vivenciar um pouco da história da profissão, de adquirir informações sobre o desenvolvimento da profissão através de palestra realizada para os mesmos. Participaram dessas visitas 38 estudantes.

Tratamento de Determinações e Recomendações do Órgão de Controle Interno (CCI/CFC)

O CRCSE recebeu a visita da auditoria interna do CFC, que através do Relatório de Auditoria de nº 26/17, apresentou as Constatatórias e Recomendações abaixo, referentes à gestão de 2017.

Quadro da situação de atendimento das demandas da CCI			
Relatório de Auditoria	Nº do item	Descrição sucinta do item da deliberação	Providências adotadas / Ações implementadas.
26/17	4.2.1.1	Segregação de função Em análise aos processos de despesa, verificaram-se diversas notas fiscais atestadas pela diretoria.	A esse respeito, a título de contextualização, deve ser esclarecido que o CRCSE é um dos menores Conselhos do sistema, no que tange ao quantitativo de pessoal. Observando esse aspecto, torna-se quase que impossível extirpar a situação. Não obstante a isto, a gestão do CRCSE editou a Portaria nº. 11/2018 buscando melhorias, de modo que as notas fiscais provenientes de termos de contrato, já são atestadas por fiscais específicos;
26/17	4.2.2.1	Motivação das contratações/aquisições Na análise dos processos de aquisições/contratações verificou-se que as motivações não estão claras e suficientes. Além disso, não constam as justificativas da necessidade da demanda e os benefícios diretos e indiretos que resultarão da aquisição ou contratação pretendida.	Permissa máxima vênha, asseveramos que as justificativas das contratações realizadas pelo CRCSE possuíam e possuem fundamentação na Lei 8.666/93, legislação específica para tratar sobre o processo de contratação pública, em especial do seu artigo 14, com a caracterização do objeto e a demonstração de dotação orçamentária específica. Inobstante ao acima relatado, informamos que esta administração fará o possível para atender a recomendação da auditoria de melhorar as justificativas das contratações, tudo em estrita observância a teoria da reserva do possível.
26/17	4.2.2.2	Publicação do edital no DOU Verificou-se que o Regional realiza a publicação dos editais de licitação apenas no Diário Oficial do Estado de Sergipe, o que contraria o inciso do art. 11 do Decreto nº 3.555/2000.	Pertinente ao tema, salientamos que as publicações do CRCSE ocorrem no Diário Oficial do Estado de Sergipe, em atenção ao Princípio da economicidade e, por força da Resolução do CFC nº. 1000/2004. Entretanto, para atender a auditoria, solicitamos ao Vice-Presidente de Assuntos Administrativos que viabilize contato com o Diário Oficial da União para que a partir de agora, todas as publicações possam ser realizadas por meio desse canal.
26/17	4.2.2.3	Contrato de seguro para veículos Na análise do processo de despesa referente à contratação de seguro para os veículos, verificou-se que o Regional não formalizou a contratação por meio de contrato administrativo, utilizando-se apenas da apólice emitida pela seguradora.	Inicialmente, impende salientar que o CRCSE formalizou sim a contratação, nos moldes da Lei 8.666/93, tendo em vista que realizou três orçamentos e, em decorrência do pequeno valor (artigo 24, II), emitiu Nota de Empenho, que é um documento hábil para substituir O instrumento do contrato. Feitos os esclarecimentos, entendemos elidido o questionamento e, demonstrada a legalidade da formalização da contratação por meio da emissão da nota de empenho.

26/17	4.2.2.4	<p>Justificativa utilização pregão presencial</p> <p>Na análise dos processos de Pregão Presencial, verificou-se que não foram apresentadas as justificativas para escolha dessa modalidade ao invés de eletrônico, nos termos do § 1º do art. 4º do Decreto nº 5.450/2005.</p>	<p>A escolha da modalidade Pregão na sua forma Presencial era a que melhor se adequava as aquisições dos objetos pretendidos pelo CRCSE e, como a Administração Pública detém o poder discricionário para decidir sobre as modalidades licitatórias e suas formas realizou a contratação por meio presencial. Em razão do exposto, o CRCSE já iniciou o exercício de 2018 procedendo com a juntada, nos processos de contratação, da justificativa para a utilização de modalidade de pregão presencial ao invés do eletrônico.</p>
26/17	4.2.2.5	<p>Edital sem assinatura e rubrica</p> <p>Em análise ao pregão presencial nº 04/2017, referente à contratação de empresa para prestarem os serviços indispensáveis para a consecução do Seminário Regional Interamericano de Contabilidade e da Convenção Sergipana de Contabilidade, verificou-se que o Edital não está assinado e as páginas encontram-se sem rubrica.</p>	<p>Em relação ao presente apontamento, nos comprometemos em atender a recomendação de proceder com a assinatura do edital e seus anexos, em atendimento a Lei. Cabe, entretanto, salientar que essa foi uma situação pontual, e é plenamente possível de convalidação.</p>
26/17	4.2.2.6	<p>Fiscalização de contratos administrativos</p> <p>Em análise aos contratos administrativos emitidos pelo Regional, verificou-se que não foram identificadas ações típicas de fiscalização de contrato.</p>	<p>Relativo ao tema em trato, informamos que vamos acatar as recomendações que serão realizadas a partir do mês de junho de 2018.</p>



Anexos

Declaração de Integridade do Relato Integrado 2018

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo, conforme as recomendações da IN n.º 170/2018, de 19 de setembro de 2018, anexo II e Portaria TCU n.º 369, de 17 de dezembro de 2018, que sou responsável por assegurar a integridade das informações contidas no Relato Integrado – 2018 referentes às informações disponibilizadas pelas Vice-Presidências do Conselho Regional de Contabilidade de Sergipe e reconheço que na preparação e na apresentação do Relato Integrado – 2018 os dados e informações foram elaborados e analisados por estas Vice-Presidências, por meio de suas respectivas coordenadorias.

Aracaju, 28 de fevereiro de 2019.

Contador Vanderson da Silva Mélo
Presidente

Contador Alexsandro Mota Melo
Vice-Presidente de Registro

Contador Cleaylton Ribeiro de Medeiros Gonçalves
Vice-Presidente de Fiscalização, Ética e Disciplina

Contador Francisco José Alves Correia Lima
Vice-Presidente de Controle Interno

Contador Ionas Santos Mariano
Vice-Presidente Administrativo

Contadora Gilvânia Andrade do Nascimento
Vice-Presidente de Desenvolvimento Profissional

Téc. em Contabilidade Jenilton Gomes da Silva
Representante dos Técnicos em Contabilidade no Conselho Diretor

Expediente

Presidente do CRC

Contador Vanderson da Silva Mélo

Vice-Presidente de Registro

Contador Alexsandro Mota Melo

Vice-Presidente de Fiscalização, Ética e Disciplina

Contador Cleaylton Ribeiro de Medeiros Gonçalves

Vice-Presidente de Controle Interno

Contador Francisco José Alves Correia Lima

Vice-Presidente Administrativo

Contador Ionas Santos Mariano

Vice-Presidente de Desenvolvimento Profissional

Contadora Gilvânia Andrade do Nascimento

Representante dos Técnicos em Contabilidade no Conselho Diretor

Téc. em Contabilidade Jenilton Gomes da Silva

Diretora Executiva

Téc. em Contabilidade Maria Ederilda Pereira de Souza